

# Acção Socialista



N.º 1345 11 Março 2010

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

[www.accaosocialista.net](http://www.accaosocialista.net) ■ [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt)

ENTREVISTA A MARIA MANUELA AUGUSTO, PRESIDENTE DO DNMS

## Educação para cidadania e igualdade continua a ser a chave da mudança

Na semana em que se assinalam os 100 anos do Dia Internacional da Mulher, Maria Manuela Augusto, presidente do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas, numa grande entrevista concedida ao "Acção Socialista", analisa as mudanças que se têm operado em Portugal, no quadro legal e político, sobre questões de igualdade, referindo, porém, que ainda subsistem estereótipos que é preciso combater, e esgrime argumentos para continuar a lutar contra a discriminação de género e a violência doméstica.

Sem deixar de manifestar a sua satisfação pelo exemplo dado pelo PS, no âmbito partidário e no Governo, pelos enormes avanços relativos à criação de infra-estruturas de apoio às famílias, Manuela Augusto ressalva, contudo, que muito há ainda por fazer para mudar efectivamente as mentalidades, apostando expressamente na educação cívica.



P2 e 3

Governo

**Programa de Estabilidade e Crescimento equilibra as contas públicas**

P10

Temporais

**Madeira e Oeste reconstróem infra-estruturas**

**Ilha da Fuzeta e Lagoa de Óbidos intervencionadas**

P4 e 5

Cooperação

**PM promete ajudar ao desenvolvimento de Moçambique**

P13

Parlamento

**Deputados de Braga propõem Fórum Regional**

P15

Colaboram nesta edição

**João Sequeira  
Paulo Barradas  
Clemente Silva  
Luís Miguel Ferreira  
Miguel Freitas**

Suplementos



Fórum

**Novas Fronteiras**

Sábado, 20 de Março de 2010  
15:00H

**PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRAGA**

Participe

INSCRIÇÕES TLF 213 822 014/98 E-MAIL [novasfronteiras@novasfronteiras.pt](mailto:novasfronteiras@novasfronteiras.pt) Actualizações e programa brevemente em [www.novasfronteiras.pt](http://www.novasfronteiras.pt)

# “Educação para a cidadania continua a ser a chave”

Fiscalizar mais, denunciar e procurar ajuda são os argumentos escolhidos por Maria Manuela Augusto para continuar a combater o flagelo da violência sobre a mulher bem como a discriminação de género.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, a presidente do Departamento Nacional de Mulheres defende que para fazer face a estereótipos persistentes na nossa sociedade é preciso repensar o modelo social e garantir a paridade também nos cargos de topo da gestão pública e económica.

Salientando o grande salto em matéria de promoção da igualdade dado sob os auspícios da governação socialista, Manuela Augusto reconhece, porém, que há muito ainda por fazer nesta causa, apontando a educação como chave-mestra para a mudança de mentalidades. No plano interno, refere-se às metas do DNMS para o corrente ano.

MARY RODRIGUES

**Segundo dados divulgados recentemente, as mulheres continuam a ganhar menos do que os homens uns 22%, apesar de serem cada vez em maior número no mercado de trabalho. O que falta fazer para finalmente mudar este estado de coisas?**

Esta é uma realidade que requer uma intervenção em várias frentes. Na verdade, não basta que a legislação o proíba, há que intensificar a fiscalização, há que recorrer à Autoridade para as Condições no Trabalho, sempre que ocorra uma situação de discriminação, há que procurar a intervenção da CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego). Mas a questão não é assim tão linear, nem sempre se tem consciência dessa diferença salarial ou, tantas das vezes, torna-se muito difícil comprová-la. Isto porque o salário até pode ser aparentemente igual, mas não haver distribuição de prémios ou outras compensações, ou ser muito difícil progredir na hierarquia das empresas. As mulheres são promovidas quando são, de facto, tão excepcionais que não há como negar essa evidência. Depois, há uma dificuldade evidente na consensualização dos números, quando falamos em diferenças salariais. Segundo dados do gabinete de estatísticas da União Europeia, Eurostat, essa diferença salarial é, em média, de menos 18%, mas em Portugal ela andarà pelos 9,2%. Ora, se consultarmos outras fontes, como os dados da “Pordata”, temos uma referência aos rendimentos médios dos portugueses, sendo estes de 1112,4 euros por mês para os homens e de 871,6 euros para as mulheres, em 2008. E o próprio gabinete de estratégia e planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social aponta uma diferença na ordem dos 21,65%. Perante estes factos, estou convicta

de que há muito a fazer para mudar a mentalidade conservadora que ainda prevalece e que é a principal geradora de desigualdades.

**Na sua opinião, a maioria feminina existente, hoje em dia, nos níveis superiores de educação evidencia uma certa “superioridade intelectual” da mulher que, no entanto, é preterida face à força e ao músculo dos homens? Que factores contribuem para uma menor empregabilidade feminina que se mantém ainda hoje?**

Não creio que seja tanto uma questão de “músculo”, embora já o tenha sido num passado ainda recente. O que me parece é que há, de facto, dificuldades objectivas de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional muito maiores para as mulheres do que para os homens. Elas são olhadas pela sociedade e pelos empregadores, de uma forma geral, como as “cuidadoras”. Espera-se, das mulheres, que elas arranjam sempre disponibilidade para cuidarem das crianças, das pessoas idosas, dos doentes, das pessoas com deficiência. A maternidade penaliza muito mais as mulheres, pelas licenças, pelos cuidados com os filhos, pelas horas que a lei concede para a amamentação. Acresce a tudo isto o cansaço acumulado pela sobrecarga de tarefas em casa, pela desigualdade no uso dos tempos, pelo desequilíbrio da partilha entre os casais. Se este estado de coisas não se equilibrar, se a partilha não for efectiva, as mulheres serão sempre olhadas como aquelas que vão faltar, que vão ser menos disponíveis no trabalho, menos produtivas. O que mais me espanta é que isso não corresponde ao que a realidade nos comprova no dia-a-dia. No que toca à produtividade e entrega ao trabalho, entendamo-nos...

**Numa etapa de crise como a que atravessamos, poderá dizer-**

**se que as mulheres são vítimas prioritárias do desemprego e da precariedade no trabalho?**

Sim, creio que não há como negar, os indicadores do desemprego feminino atestam essa realidade.

Aqui também conta muito a mentalidade conservadora que persiste em alguns sectores do mundo do trabalho, porque ainda se entende que, não havendo condições para manter todos os postos de trabalho, é preferível que fique a mulher em casa. E estou convencida de que também se deve à desvalorização do trabalho feminino, em muitos dos casos, o que leva à precariedade do seu emprego por si só, mesmo sem a existência dos condicionalismos que uma situação de crise lhe confere.

**Há cada vez mais a percepção de que as mulheres optam pelo adiamento progressivo do casamento e da maternidade. A licença de maternidade continua a ser, do seu ponto de vista, uma das principais inimigas da entrada, permanência e progressão das mulheres no mercado de trabalho?**

Não tenho dúvidas em relação a isso, mas acho que ainda pesa mais o facto de se considerar que, pela vida fora, as mulheres faltarão ao trabalho para cuidarem dos seus familiares doentes ou dependentes. E os filhos pequenos, é um facto, frequentemente requerem a permanência de alguém em casa, mesmo que tenham apenas uma febre ou dor passageira. Hoje, os avós têm mais dificuldade em cumprir essa função, trabalham até mais tarde, ou vivem longe dos seus netos.

Mas seria de uma enorme injustiça não reconhecer o esforço para contrariar esta discriminação das mulheres no mundo do trabalho. Refiro-me à recente reforma da legislação laboral, que confere os mesmos direitos às mães e aos pais



trabalhadores, eliminando barreiras e constrangimentos legislativos que impediam muitos pais de acompanhar os seus filhos doentes, ou de os levarem a consultas, entre outras situações de partilha de cuidados. E o Governo não se esqueceu dos avós, nem dos pais adoptivos. A partilha da licença parental inicial, a licença de paternidade, para não falar noutras mudanças, são de um enorme alcance e contribuem para a mudança de mentalidades e de práticas enraizadas e persistentes.

**Tendo em conta a sua experiência como mãe, trabalhadora e activa da vida política, considera ter havido uma evolução positiva e suficiente, nas últimas duas décadas, no esforço pela conciliação da vida profissional com a vida familiar?**

Positiva, sem dúvida. Suficiente é que não. Persistem muitos dos problemas, como os que já referi, sobretudo uma desigual partilha das tarefas que nos esperam em cada dia. Vários estudos comprovam a sobrecarga das mulheres, que trabalham mais horas por semana, com duplas e triplas jor-

nadas, como já se convencionou chamar.

Mas há que repensar o modelo social em que vivemos porque, a meu ver, era possível usar o tempo de forma diferente. Mas isso exigiria um esforço colectivo, que envolvesse todos os parceiros sociais, para que, com muita coragem e determinação, pudéssemos repensar horários de trabalho, de transportes, de serviços, de equipamentos sociais, dos espaços públicos em que nos movemos, dos espaços de lazer...e isso é uma tarefa ciclópica!

Agora, em relação aos espaços indispensáveis para ajudar a que se possa fazer uma melhor conciliação, e falo de creches, salas de ensino pré-escolar, equipamentos para os cuidados com as pessoas idosas, pessoas com deficiência, o salto foi enorme. E foi dado, como é evidente, pelos governos socialistas, com um enorme e continuado esforço previsto no Orçamento do Estado para este ano.

**Há quem diga que a nossa mentalidade continua conservadora, apesar das evoluções no quadro legal, e que a mulher**

MENTO NACIONAL DAS MULHERES SOCIALISTAS

# “Cidadania e para a igualdade vem para a mudança”



**permaneceu tempo demais na sombra. Quais as frentes de luta pela igualdade de género que é preciso abrir e/ou reforçar?**

Sim, a verdade é que temos uma legislação muito avançada, que pede meças mesmo aos países em que a igualdade entre homens e mulheres é tida como uma referência. O problema reside aí, na morosidade com que se mudam as práticas, as atitudes, as mentalidades. Os preconceitos não desaparecem por decreto, a educação para a cidadania e para a igualdade continua a ser a chave para a mudança. Só que, sem uma boa legislação, estou convencida de que seria ainda mais difícil virar a página. E acredito que estamos em condições de reforçar e consolidar todas as frentes que já estão abertas, continuando a combater as desigualdades no mundo do trabalho, a violência de género, melhorando as condições que proporcionem uma melhor conciliação nas nossas vidas. Mas nunca poderemos descurar o reforço da paridade, dando o passo lógico neste processo, o da partilha da decisão entre homens e mulheres em todas as frentes, sejam elas

políticas, de gestão pública e económica, social ou cultural.

**A vereadora socialista Jovita Ladeira propôs recentemente a criação na autarquia de Vila Real de Santo António de um Gabinete Municipal para a Igualdade. Quê comentário lhe merece esta ideia?**

Seria um desperdício, a meu ver, se as mulheres que exercem funções públicas e políticas não estivessem atentas aos factores que podem gerar desigualdade e discriminação. Há bons exemplos e boas práticas em inúmeras autarquias, sobretudo aquelas que já foram ou que são lideradas por mulheres. O Governo já o fez, na anterior legislatura, e continua a incentivar a criação ou a consolidação de planos para a igualdade em todos os ministérios, mas também nas empresas do sector público e privado e, naturalmente, nas autarquias. As conselheiras ou conselheiros para a igualdade têm, aqui e não só, um papel fundamental. E há verbas do QREN direccionadas para este fim.

**De acordo com um estudo mundial feito a 134 países, quan-**

**do se fala em participação feminina na política e em cargos de topo, Portugal cai para o 80º lugar. Ao nível das políticas governativas, o que pode ser feito para elevar a nossa posição? Considera que a composição do Executivo do PS dá um bom exemplo de participação feminina?**

É verdade que nunca houve um Governo com tantas ministras como o actual e o facto de haver novamente uma Secretária de Estado para a Igualdade é muito significativo, muito relevante. Também seria injusto não referir o aumento de mulheres dirigentes nos primeiros e segundos graus da Administração Pública. O problema coloca-se, com grande acuidade, quando falamos em cargos de topo, na hierarquia das empresas públicas, porque não é aceitável que apenas oito mulheres liderem esses conselhos de administração, num universo de cerca de oitenta empresas. Na Assembleia da República, as mulheres são vice-presidentes das comissões parlamentares ou coordenadoras, mas as presidências são entregues aos homens. Há, contudo,

uma situação exemplar. Francisco de Assis, o líder parlamentar do PS, escolheu exactamente tantos homens quantos as mulheres para a direcção da bancada! Mas, se olharmos para a composição do Conselho de Estado, ou para as presidências de qualquer outro órgão, como os tribunais superiores, por exemplo, não conseguimos deixar de nos interrogar... Julgo, porém, que o caminho se faz caminhando e que o Estado deve dar o exemplo para ultrapassarmos esta realidade. Depois da aplicação, sem sobressaltos, da Lei da Paridade para os cargos electivos, penso que o Grupo Parlamentar do PS, em sintonia com o Governo, deve encontrar uma solução que garanta a paridade também nos cargos de topo da gestão pública e económica.

**O Dia Internacional da Mulher assinala este mês os seus 100 anos. Há quem conteste esta efeméride que celebra a condição feminina durante apenas um dia. O que pensa sobre isso?**

Sou claramente a favor de que se assinale, como acontece em grande parte do mundo, este dia. Enquan-

to, também por todo o mundo, se continuar a atentar contra a sua dignidade e integridade. Enquanto forem as mais pobres entre os mais pobres, violadas em tempo de guerra ou fora dela. Enquanto recaírem sobre elas a violência, o tráfico para exploração sexual, a mutilação genital, a lapidação, o desemprego, a desvalorização do seu trabalho, o cansaço em percentagens mais duras, cruéis e devastadoras. Enquanto for necessário um dia para se

“A verdade é que temos uma legislação muito avançada, que pede meças mesmo aos países em que a igualdade entre homens e mulheres é tida como uma referência. O problema reside aí, na morosidade com que se mudam as práticas, as atitudes, as mentalidades

procurarem os números, os dados, as estatísticas, que se publicam e se tornam públicas, que causam espanto.

Dá sempre frutos, há sempre mais alguém que constata e se preocupa, que percebe que não podemos fingir que não se passa nada. Mas é também a justa homenagem à sua coragem, à sua força e determinação, a tantas que iniciaram o caminho. Em todo o caso, acho que não deixarei de perseguir o sonho de que um dia, quem sabe, possamos festejar o dia da humanidade, o tal dia das mulheres e dos homens livres, iguais e fraternos.

**Já no âmbito da política partidária, qual o balanço que faz deste tempo de trabalho na presidência do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas desde a sua reeleição e quais os objectivos alcançados?**

Acho que é muito difícil falar em causa própria. As mulheres socialistas dirão sempre o que pensam deste nosso trabalho, quando assim o entenderem e, na verdade, fazemo frequentemente. O que posso dizer-lhe é que sempre senti apoio,

solidariedade e grande sintonia em relação às prioridades que escolhemos para a nossa acção política. As duas moções que levámos aos congressos do PS reflectem as nossas metas, muitas delas já estão concretizadas. Outras estarão sempre na ordem do dia, não poderemos baixar os braços, sabemos que as nossas causas são justas e indispensáveis, se verdadeiramente aspiramos a viver num mundo melhor. A história da luta pela igualdade entre homens e mulheres está cheia de avanços e de recuos, está longe de estar interiorizada, sem reservas mentais, em tantas e tantos que a apregoam.

**Quais as prioridades e metas do DNMS no curto e médio prazos?**

Vamos reunir o Conselho Político do DNMS, no dia 10 de Abril, em Chaves, com acções previstas nos distritos de Bragança e Vila Real, nesse mesmo dia. E vamos justamente debater e definir prioridades e metas para a nossa acção mais imediata. Mas não deixaremos de nos preocupar com as dificuldades que as mulheres enfrentam no mundo do trabalho, com as diferen-

tes formas de violência de género, com as situações de exclusão tão diversas que afectam tantas mulheres, como as sem abrigo, as mais pobres, sós e idosas, as que têm deficiências, as que se prostituem. E também com a persistência dos estereótipos que se manifestam em tantas e diferentes situações. Claro, com a paridade, também na partilha da decisão.

Mas há também muitas preocupações relacionadas com as dificuldades que alguns departamentos federativos enfrentam na sua actividade partidária e política. Em termos estatutários, estes departamentos dependem, financeiramente, das suas respectivas federações. Nem sempre há este entendimento, o que causa alguns constrangimentos. É pena que assim seja, porque o trabalho da rede de mulheres é inestimável para o nosso partido. Mas estas situações são pontuais e residuais e, por isso mesmo, acreditamos que serão facilmente esclarecidas. Aquilo que nos faz correr, o que verdadeiramente nos move, é esta vontade de que as mulheres e os homens do Partido Socialista nunca se cansem de lutar por causas justas e solidárias.

# Adjudicação das obras de recuperação da Ilha da Fuzeta já está em curso

OS DEPUTADOS do PS eleitos pelo círculo de Faro, Miguel Freitas e Jamila Madeira, receberam a garantia da ministra do Ambiente, Dulce Pássaro, de que a adjudicação das obras de recuperação na Ilha da Fuzeta, a mais atingida pelos temporais na Ria Formosa, já está em curso, com o objectivo de consolidar o cordão dunar e a nova barra e repor as condições naturais naquela zona.

“A intervenção na Ilha da Fuzeta tem de avançar rapidamente, tendo em conta o impacto das derrocadas na preservação dos ecossistemas e nas actividades económicas que representam a subsistência de muitas famílias locais”, frisou o deputado Miguel Freitas, que reafirmou a ideia de que “o princípio da intervenção na Ria Formosa não pode ser demolir por demolir, mas investir para qualificar e preservar a economia local”.

A garantia sobre a adjudicação das obras na Ilha da Fuzeta foi transmitida no dia 2 aos deputados numa reunião com a ministra do Ambiente para discussão do Polis da Ria Formosa, tendo Miguel Freitas defendido uma “acção equi-



librada nesta zona protegida, respeitando o princípio da equidade e baseada em critérios compreensivos e claros” em todos os núcleos populacionais, tanto na defesa do bem maior que é a salvaguarda da

zona costeira, como dos valores naturais e das actividades económicas desenvolvidas localmente.

Durante a reunião com a titular da pasta do Ambiente, Dulce Pássaro, os deputados do PS ficaram

ao corrente da acção do Polis da Ria Formosa, nomeadamente no que respeita à respectiva programação e agenda política para a referida intervenção, tendo manifestado a sua sensibilidade sobre a

necessidade de uma gestão faseada das acções a concretizar, em função do risco e da capacidade de carga sobre as ilhas.

“É preciso realçar que ninguém considera que deve ficar tudo na mesma, bem pelo contrário. É preciso agir. Mas devemos ponderar as questões técnicas e jurídicas, prevalecendo o princípio da equidade, devendo em todos os casos haver uma acção sobre o que está em zona de maior risco”, considerou Miguel Freitas.

De acordo com os deputados, a ministra do Ambiente manifestou uma enorme firmeza em avançar com o Programa Polis, no sentido da requalificação da Ria Formosa, havendo sensibilidade para se encontrarem soluções que equilibrem os diversos interesses em causa, no quadro do actual POOC.

Os deputados do PS eleitos pelo Algarve vão agora iniciar um conjunto de reuniões com as associações de moradores das ilhas-barreira localizadas na Ria Formosa, com vista a ouvir preocupações, discutir cenários possíveis e apresentar propostas concretas ao Ministério do Ambiente.

## FORTE INVESTIMENTO NA AGRICULTURA

O GOVERNO vai investir este ano cerca de 1400 milhões de euros no sector agrícola, sendo 700 milhões para ajudas directas aos produtores e outro tanto destinado a apoios ao investimento.

António Serrano garantiu que o Ministério da Agricultura quer investir de forma sustentada no sector agrícola, canalizando ajudas para o maior número possível de produtores, quer sejam agrícolas, florestais ou ligados ao sector das pescas, dando contudo “um especial enfoque” às empresas que queiram privilegiar as exportações.

Serrano recordou que Portugal exporta desde há muito um conjunto vasto e importante de produtos agrícolas, nomeadamente azeite e vinho, produtos que vão continuar, como garantiu, a merecer por parte do Executivo uma atenção muito particular.

Contudo, como salientou o titular da pasta da Agricultura, é agora necessário começar a alargar os apoios a outros produtos agrícolas que entretanto conseguiram também atingir padrões de qualidade internacional, como é o caso, por exemplo, do sector leiteiro.

Neste sentido, o ministro anunciou que vai ser lançada no próximo mês de Abril uma campanha com o objectivo de “sensibilizar os cidadãos” para a necessidade de terem uma reserva de alimentos em casa, iniciativa que se destina, como alertou, a “uma eventual situação de emergência”.

Lembrou, a este propósito, que esta campanha se insere numa iniciativa, a exemplo do que já acontece em quase todos os países da Europa, de criação em Portugal uma reserva estratégica de alimentos.

Campanha que está a ser ultimada no sentido de se criar tão rápido quanto possível uma efectiva reserva nacional de cereais e de outros alimentos, garantindo António Serrano que esta iniciativa está a exigir uma coordenação permanente entre o Governo, as autarquias, as associações de produtores e outros agentes económicos.

Para António Serrano a agricultura portuguesa tem futuro, vaticinou, defendendo que o país não pode deixar de apoiar um sector “que é o mais importante de todos”, já que contribui não só para o fortalecimento da economia, mas também para “manter a ocupação do território e preservar a paisagem e a natureza”. R.S.A.

## Ministério do Ambiente antecipa intervenção na Lagoa de Óbidos

A SITUAÇÃO na Lagoa de Óbidos está a ser acompanhada em permanência pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, através do Instituto da Água e das Águas do Oeste, empresa do universo empresarial sob tutela do Ministério, em estreita colaboração com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Segundo o Ministério do Ambiente, os técnicos do INAG e do LNEC estão a acompanhar e a avaliar/monitorizar em permanência os trabalhos que estão a decorrer. Assim, o INAG vem desenvolvendo os procedimentos administrativos e técnicos necessários para adjudicar a obra de deslocação da aberta da posição actual.

Esta intervenção desenvolver-se-á já em Abril/Maio deste ano, por ser a época em que as condições técnicas mínimas estarão asseguradas para o seu desenvolvimento em condições de segurança, evitando igualmente interferências com a época balnear.

O INAG está igualmente a preparar a intervenção estruturante que inclui a dragagem do canal norte, de forma a assegurar a permanência da nova aberta. Esta dragagem será efectuada após a próxima época balnear e corresponde a uma antecipação da data



inicialmente prevista.

De salientar que as intervenções a levar a efeito, e para cumprimento do exigido nas candidaturas e nos termos do Programa Operacional Temático Valorização do Território, do QREN, foram já objecto de despacho de confirmação de urgência pela ministra do Ambiente, sobre proposta do INAG.

O LNEC continuará a acom-

panhar e a avaliar as condições da aberta da Lagoa, adaptando as eventuais intervenções aos resultados desse acompanhamento.

Recorde-se que durante o “Governo Presente”, em Leiria, a ministra Dulce Pássaro manifestou em Janeiro a sua preocupação e o seu compromisso de se avançar com a realização de trabalhos visando a estabilização da Lagoa de Óbidos.

# Madeira beneficiará de lei extraordinária para reconstrução das zonas afectadas pelo temporal

COM vista a avaliar os prejuízos sofridos na Madeira após o aluvião de 20 de Fevereiro e preparar uma lei “extraordinária” que substituirá a das Finanças Regionais, o Governo da República e o Executivo Regional vão criar uma “comissão paritária mista”.

“Estabelecemos um quadro de cooperação que passa pela constituição de uma comissão paritária mista entre os governos”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, após a reunião com Alberto João Jardim, em São Bento.

Essa comissão, adiantou, terá como objectivo “fazer uma avaliação muito rigorosa e concreta do que há a fazer” nos domínios dos desalojados, apoio ao sector privado e reconstrução das infra-estruturas públicas.

Assim, acrescentou José Sócrates, do trabalho dessa comissão resultará “o estabelecimento de um quadro geral de cooperação entre os dois governos”, que deverá ser, por sua vez, “definido por uma lei de meios para a reconstrução das zonas afectadas na Madeira”, a ser apresentada à Assembleia da República.

Essa lei irá, então, substituir durante o período da reconstrução, ou seja, até ao máximo de três anos, “os efeitos financeiros da Lei das Finanças Regionais”.

Por outro lado, explicou Sócrates, a comissão mista será liderada por um secretário de Estado e um secretário regional e integrará três técnicos.

O objectivo central, segundo concretizou Sócrates, será “fazer aquilo que todo o país está à espera”, isto é, que “recuperemos rapidamente a economia madeirense num curto espaço de tempo”, disse.

Na conferência de Imprensa conjunta, o presidente do Governo Regional fez questão de sublinhar “o acompanhamento diário” do primeiro-ministro à tragédia que



atingiu a Madeira, destacando a “convergência” encontrada quanto aos objectivos e metodologia que será seguida na reconstrução da ilha.

Quanto às casas danificadas, a comissão paritária irá analisar “caso por caso” os estragos e verificar se a casa foi realmente perdida ou se está em causa o seu arranjo ou mesmo apenas limpeza.

## Aprovada concessão de empréstimo

Na ocasião, o primeiro-ministro anunciou também que o Banco Europeu de Investimentos vai conceder um empréstimo que servirá para investimentos públicos de 245 milhões de euros para a reconstrução da Madeira, com uma comparticipação de 75%.

Interrogado sobre a candidatura ao

Fundo de Solidariedade da União Europeia, Sócrates disse que o Executivo estava a trabalhar nisso juntamente com o Governo Regional da Madeira, ressaltando, porém, que era ainda difícil avançar com o montante que será candidatado, apesar dos trabalhos estarem “já muito avançados”.

Neste ponto, José Sócrates deixou claro que é uma “obrigação” reunir todas as verbas necessárias para a reconstrução da Madeira, adiantando que será “uma parceria” em que o Executivo mobilizará “todos os meios comunitários e todos os meios financeiros que os governos da República e da Região puderem mobilizar”.

No final da reunião na qual participaram também os ministros da Finanças, Administração Interna e Presidência, o vice-presidente do Governo Regional da Madeira e os secretários Regionais do Plano e Finanças, Ambiente e Equipamento Social, todas as partes mostraram satisfação pelo trabalho que tem estado a ser realizado.

“O Governo está muito satisfeito

por poder responder a uma emergência nacional, não apenas uma emergência para Madeira, mas uma emergência para todo o país”, disse José Sócrates.

## Vontade clara de ajudar

Por seu turno, o líder da bancada socialista no Parlamento, Francisco Assis, defendeu que com a “lei extraordinária” que o Governo vai apresentar para a Madeira “não subsistirá a mais pequena dúvida de que há vontade de responder às necessidades” da região.

Em declarações aos jornalistas, o presidente da bancada socialista disse ver com “satisfação” a medida anunciada pelo primeiro-ministro.

“Esta medida corresponde às necessidades excepcionais com que a Madeira se depara em resultado do que ocorreu na região, e por outro lado também significa que houve uma grande capacidade de promover um entendimento entre o Governo da República e o Governo Regional, que também deve ser saudada”, afirmou.

Face a isto, reforçou Assis, “não subsistirá a mais pequena dúvida de que há da parte do Governo da República, que representa até aquilo que é a vontade maioritária da população portuguesa, uma vontade de responder de forma adequada às necessidades particulares que a Madeira revela neste momento”.

O presidente do GP/PS considerou que as consequências da intempérie que atingiu a Madeira representam “uma situação absolutamente excepcional que exige uma resposta excepcional e que exista uma grande vontade de cooperação”.

“Verificamos hoje que essa vontade está a prevalecer e como consequência disso mesmo foram já anunciadas medidas que contribuirão decisivamente para promover a recuperação, num prazo de tempo razoável, das infra-estruturas da região que ficaram destruídas”, concluiu. M.R.

## SOCIALISTAS MADEIRENSES PROPÕEM CRIAÇÃO DE COMISSÃO EVENTUAL DE ACOMPANHAMENTO À RECONSTRUÇÃO

COM vista a ter garantias de segurança sobre as opções, quer no âmbito do planeamento urbano, quer na salvaguarda de pessoas e bens, o presidente do PS/Madeira, Jacinto Serrão, defendeu a criação, em sede da Assembleia Legislativa, de uma comissão eventual de acompanhamento à reconstrução da Madeira.

Ao intervir na primeira sessão plenária após o temporal que o mês passado provocou 42 mortos, oito desaparecidos, 600 desalojados e 1,4 mil milhões de euros de prejuízos, Jacinto Serrão considerou que, para que a Assembleia Legislativa da Madeira possa acompanhar todo este processo, no âmbito das suas competências, torna-se necessária a criação de uma comissão de acompanhamento dos apoios prestados às vítimas e à reconstrução das zonas afectadas pela enxurrada.

Segundo o líder dos socialistas madeirenses, “uma desgraça desta magnitude colocou a nu as fragilidades da Região, pôs em causa muito do que foi feito, pôs em causa a maneira de fazer política e de exercer o poder”.

Serrão sublinhou que o temporal “deixou um lastro de sofrimento irreparável na vida dos madeirenses que não pode ser tratado como entulho que se acumulou no cais”.

Por isso, advogou, impõem-se “à Assembleia Legislativa da Madeira uma sensata e verdadeira reflexão sobre a dimensão da catástrofe e suas consequências”.

“É também necessário um esclarecimento cabal do que está a montante e a jusante desta tragédia”, acrescentou, defendendo ainda ser urgente passar das declarações políticas à acção.

“É preciso agir, em nome da legitimidade e da função parlamentar”, afirmou, lembrando que a Assembleia Legislativa da Madeira “tem o direito político, ético e moral de analisar e conhecer todos os contornos desta tragédia”.

## Ajudas para agricultores do Oeste entregues até final de Março

UMA das principais preocupações do Governo no que diz respeito à política agrícola passa por “acelerar a execução do Proder”, disse o primeiro-ministro, José Sócrates, ao falar, em Torres Vedras, no encerramento da cerimónia na qual foram entregues aos agricultores da região Oeste 45 contratos no valor de 2,4 milhões de euros, dos quais o Estado apoia 75% do total, equivalentes a 1,8 milhões de euros.

Na ocasião, José Sócrates referiu que, “pelos mãos recentes dados”, regista-se, de facto, uma aceleração na execução deste programa de desenvolvimento regional.

“Queremos apoiar quem acredita no país e está disposto a arriscar, a criar empregos



e a ter uma atitude de ambição”, afirmou o primeiro-ministro, que classificou como “exemplar” a capacidade de resposta dos agricultores do Oeste em reacção às intempéries de Dezembro passado.

Na sua intervenção, Sócrates saudou a acção do ministro da Agricultura, por ter “cumprido todos os prazos” que estabeleceu no processo de apoio aos agricultores da região cujas explorações ficaram danificadas em consequência do mau tempo.

Por seu turno, António Serrano, disse que um dos seus principais objectivos é “fazer chegar rapidamente o dinheiro à mão dos agricultores”.

Adiantou, assim, que aqueles que foram

afectados pelas intempéries de Dezembro e que vejam aprovadas as suas candidaturas a apoios financeiros deverão receber as ajudas do Programa de Desenvolvimento Rural até final de Março.

Até ao momento já foram apresentadas mais de 400 candidaturas por agricultores do Oeste, que estão a ser analisadas e tratadas, tendo sido já aprovadas 61.

Segundo o ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, “o apoio do Estado será na ordem dos 15 milhões de euros”.

A terminar, António Serrano destacou que “até agora, na região Oeste, foram cumpridas todas as datas” a que se comprometeu. M.R.

# Portugal volta a destacar-se nas novas tecnologias

O NOSSO país continua numa posição de excelência nos *rankings* europeus relativos às tecnologias de informação e comunicação.

De acordo com dados recentemente divulgados pelo Banco de Portugal, o saldo da Balança Tecnológica situou-se nos 85 milhões de euros no final de 2009, sendo positivo pelo terceiro ano consecutivo.

Quanto aos serviços de acesso à Internet, a Anacom registou, no quarto trimestre do ano passado, a existência de 30 mil clientes de oferta em fibra óptica, um valor que representa o dobro do registado no terceiro trimestre de 2009.

Ainda segundo a Autoridade Nacional das Comunicações, o número de clientes de banda larga no nosso país (fixa e móvel) atingiu, no final do ano passado o valor de 53,3% por cada 100 habitantes, confirmando-se também a tendência crescente de adesão dos portugueses a serviços de acesso à Internet através de tecnologia móvel.

Recorde-se que segundo o relatório publicado em Novembro último pela Comissão Europeia, Portugal apresenta a terceira maior taxa de penetração de banda larga móvel da União Europeia (via cartões PCMCIA ou modem USB).

Ao nível de evolução no tempo do progresso dos países em matérias de desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TIC), Portugal aparece em 32º lugar numa lista de 161



países, organizada de acordo com os resultados do ICT Development Index (IDI). No contexto da União Europeia (UE), o nosso

país ocupa a 18ª posição.

De salientar igualmente que, de acordo com o Environmental Performance Index (EPI) de 2010,

divulgado pelo World Economic Forum e produzido por uma equipa de peritos da Yale University and Columbia University, Portu-

gal posiciona-se no 19º lugar em termos de desempenho ambiental, numa lista global de 163 países.

No contexto da UE a 27, aparece na 10ª posição, à frente de países como Espanha, Dinamarca ou Irlanda.

Mas o nosso país é também atractivo (3º em 21) pelo seu competitivo sistema de apoio à investigação e desenvolvimento (I&D), que contempla incentivos fiscais, e que dão mostra da prioridade concedida pela governação socialista às políticas públicas de apoio à inovação, no âmbito do Plano Tecnológico.

Já no capítulo da educação para todos, a UNESCO considerou, no seu relatório de Janeiro passado, que Portugal engloba o grupo de países que possuem um elevado índice de desenvolvimento, situando-se na 43ª posição entre os 128 Estados que integram o *ranking*.

Entretanto, o indicador da Sociedade da Informação apresentado pela Eurostat relativamente a indivíduos que utilizam computador portátil com ligação sem fios para aceder à Internet, para o ano de 2009, coloca o nosso país na 8ª posição do *ranking* da União Europeia com 23%, valor superior à média da UE a 27 (17%).

Para este resultado contribuíram significativamente os programas escola e e-escolinha que, para além de preverem a entrega de portáteis, contemplam, igualmente, ligações à Internet em banda larga móvel. **M.R.**

## Segredo de justiça e prisão preventiva alterados com novo regime

O CONSELHO de Ministros de 25 de Fevereiro aprovou na generalidade uma proposta de lei, no âmbito do Código de Processo Penal, que permitirá ao Ministério Público (MP) poder passar a aplicar de imediato o regime de segredo de justiça a um determinado processo sem que previamente tenha que ser objecto de validação por um juiz. Medida que, como ficou igualmente assente, poderá ficar no entanto sujeita a recurso.

Para o ministro da Justiça, este ajustamento, de “natureza procedimental”, permite dotar o MP de mais poder e de uma maior autonomia, já que no sistema vigente, recordou Alberto Martins, entre a avaliação feita pelo MP e a decisão do juiz, “existe um hiato temporal que pode dar lugar a vários incidentes”.

Se esta proposta governamental for aprovada, depois da necessária discussão parlamentar, o segredo de justiça passará a ser aplicado de imediato aos processos, pelo MP, ficando reservado ao juiz a tarefa de decidir em que regime deverá ficar o processo, se aberto ao conhecimento público ou em segredo.



Esta proposta de lei que modifica os termos do actual Código de Processo Penal, segundo Alberto Martins, decorre das recomendações do Observatório da Justiça e visa não só melhorar a sua implementação, mas também reforçar a eficácia da acção penal não deixando de defender os direitos fundamentais dos cidadãos.

Para além das medidas referentes ao segredo de justiça, o Conselho de Ministros aprovou ainda propostas de alteração em matérias referentes à prisão preventiva, à detenção fora de flagrante delito, aos processos especiais sumários e aos prazos do inquérito.

Em relação a este último ponto, o Governo pretende que se possa verificar um aumento dos prazos “designadamente nos casos de criminalidade violenta”, sendo que este princípio, como é sublinhado, não se aplicará todavia às pessoas detidas.

Quanto à prisão preventiva, o Conselho de Ministros decidiu que passará a ser aplicada a crimes que atinjam uma gravidade social considerada elevada e para os quais as outras medidas de coacção possam ser vistas como não sendo suficientes. **R.S.A.**

# Cultura como motor de desenvolvimento económico

O SECTOR cultural “tem possibilidade de ser um motor económico”, afirmou a ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, que defendeu ser no entanto necessário encontrar outras políticas que não passem pela “constante dependência do Orçamento de Estado”.

Gabriela Canavilhas falava, no dia 1, após a sessão de apresentação de um estudo sobre o peso da cultura na economia nacional, que decorreu no Palácio da Ajuda, em Lisboa.

Segundo as conclusões do estudo, o “sector cultural e criativo” foi responsável, em 2006, por 2,8% de toda a riqueza criada em Portugal e, nesse mesmo ano, empregou 127 mil pessoas, cerca de 2,4% do total nacional.

“Estamos aqui para encontrar caminhos que nos reorientem para outras estratégias que não a subsidio-dependência nem a constante dependência do Orçamento de Estado”, disse a ministra.



Gabriela Canavilhas sublinhou que uma das recomendações do estudo aponta para “a necessidade de estimular o sector cultural

enquanto fonte de rendimento”, defendendo ser necessário “fazer uma leitura inteligente dos números”, tanto mais que este “é

um estudo abrangente”.

Para a ministra, “quando se fala em todas estas componentes culturais, estamos a falar desde a

música rock, a música pimba ou as telenovelas da TVI, estamos a falar de uma panóplia de contributos culturais”.

Nas suas conclusões, o estudo recomenda que as políticas públicas deverão dirigir-se mais para a renovação “dos modelos competitivos de empresas e regiões do que para equilibrar a cobertura territorial de equipa-

## 2,6%

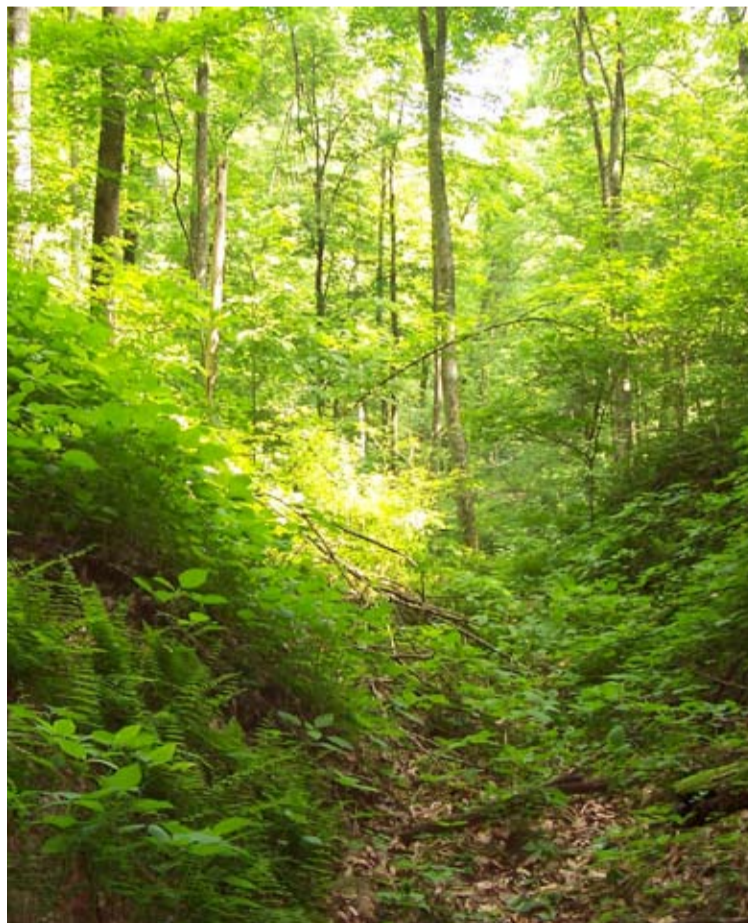
EM 2006, O SECTOR CULTURAL E CRIATIVO DAVA EMPREGO A 2,6% DA POPULAÇÃO NACIONAL

mentos culturais”, bem como que “não se deve privilegiar a oferta”, mas antes “incentivar a captação e educação de públicos”.

## Floresta é um sector estratégico para a economia e desenvolvimento rural

O DESENVOLVIMENTO do sector florestal é estratégico para a retoma da economia nacional e constitui um importante pilar do desenvolvimento rural. Neste contexto, as acções que irão decorrer no âmbito da iniciativa “Março – Mês das Florestas”, promovida pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP), “visam divulgar as múltiplas funções que os ecossistemas florestais prestam à sociedade e promover o debate e a disseminação do conhecimento, com o objectivo da melhoria da competitividade do sector florestal”.

Num comunicado, o ministério tutelado por António Serrano refere que “no mês de Janeiro do corrente ano o Environmental Performance Index (EPI) avaliou 163 países em diversos parâmetros e atribuiu a Portugal a nota 100, numa escala de 0 a 100, no que concerne à política adoptada pelo país a nível florestal”. Apesar de os números demonstrarem que a orientação estratégica e política definida para o sector florestal foi “bastante positiva”, o Ministério da Agricultura “procurará acentuar a mais-valia que as florestas representam para o desenvolvimento do país”.



Assim, pretende-se com este conjunto de iniciativas “sensibilizar para a importância da floresta portuguesa, quer para a conservação da biodiversidade, quer para

o desenvolvimento económico, e criar em torno do tema o necessário debate sobre a protecção, valorização e competitividade da floresta portuguesa”.

## SIMPLEX EMPRESAS POUPARAM CINCO MILHÕES DE EUROS EM QUATRO MESES

EM QUATRO meses, as empresas conseguiram poupar cerca de cinco milhões de euros devido a uma medida do Simplex que lhes permite comunicar actos obrigatórios de registo a apenas uma entidade.

Em vigor desde 1 de Outubro, esta possibilidade dispensou as empresas de realizar cerca de 200 mil comunicações e originou uma poupança na ordem dos cinco milhões de euros em custos directos e indirectos.

“Esta medida permite às empresas comunicar actos obrigatórios de registo, como por exemplo a mudança de sede, a mudança de firma, ou operações de fusão, apenas a uma única entidade”, disse a secretária de Estado da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques.

“Antes tinham que comunicar a três entidades diferentes: aos Serviços de Registo, aos Serviços de Finanças e aos Serviços da Segurança Social. Passaram, a partir de Outubro de 2009, a comunicar apenas essas alterações aos serviços de registo, que, por sua vez, as comunicam aos outros serviços públicos”, acrescentou.

A secretária de Estado referiu que a poupança que o Governo estima baseia-se nos custos com o tempo e deslocações. Ou seja, explicou, “a poupança traduz-se numa redução de custos para as empresas, estimado com o tempo que elas gastariam não apenas a preencher essa informação ou a preparar essa informação a três serviços diferentes, mas também nas deslocações para a disponibilidade a esse serviço”.



## APROVADO NOVO REGIME DE COMPARTICIPAÇÃO NOS MEDICAMENTOS

O NOVO sistema de comparticipação do Estado nos medicamentos tem por objectivo racionalizar a despesa, gastando melhor e, sobretudo, beneficiando quem tem maiores dificuldades, nomeadamente financeiras, no acesso aos medicamentos.

Com as alterações introduzidas no modelo de comparticipação, aprovado no dia 4 pelo Governo, poder-se-á gerar uma poupança de 80 milhões de euros na factura do Serviço Nacional de Saúde (SNS), afirmou a ministra da Saúde, Ana Jorge, fazendo questão de frisar que “esta redução não é feita nem à custa da qualidade, nem por via da transferência de custos para o utente”.

Segundo Ana Jorge, o novo regime, que se baseia no valor absoluto e não em percentagem do valor do medicamento, “melhorará o acesso ao medicamento, porque o custo para as pessoas baixa, mantendo-se a garantia da sua qualidade”.

“A partir de agora, a comparticipação do Estado passa a ser um valor absoluto e não uma percentagem do valor do medicamento. A comparticipação é definida à partida tendo por base a aplicação da taxa de comparticipação ao respectivo preço de referência, independentemente do preço concreto do medicamento”, explicou.

Esta medida, disse, irá “incentivar fortemente a redução de preços, podendo mesmo ter como resultado medicamentos gratuitos para os utentes”.

Ao nível dos genéricos, o diploma agora aprovado também introduz alterações no sistema de comparticipação pelo Estado, sendo que o preço dos novos medicamentos genéricos a participar terá de ser inferior em 5% relativamente ao do medicamento genérico de preço mais baixo participado.

Esta mudança, referiu a ministra, “obrigará a uma redução do preço dos



O novo regime melhorará o acesso ao medicamento, porque o custo para as pessoas baixa, mantendo-se a garantia da sua qualidade

genéricos que queiram entrar no mercado e, por outro lado, é uma medida que estimula a entrada de genéricos em grupos de medicamentos onde hoje não existem genéricos”.

Na conferência de Imprensa, Ana Jorge defendeu ser necessário uma revisão do sistema de comparticipações do Estado nos medicamentos, porque, frisou, “no conjunto dos países da União Europeia, Portugal é o país que apresenta a segunda maior taxa de despesa com medicamentos. Em 2009, a factura do SNS com comparticipações em medicamentos ascendeu a 1586 milhões de euros”.

Questionada sobre o impacto que as novas regras de comparticipação poderão ter na população idosa, que muitas vezes desconhece qual o medicamento mais barato dentro de um determinado grupo, Ana Jorge referiu que os médicos terão de ter “sensibilidade social” no que concerne às condições financeiras dos seus doentes.

E adiantou que está a ser preparada mais uma campanha junto dos profissionais de saúde “para lembrar que, quando se prescreve no acto médico, se deverá atender à situação concreta da pessoa no seu contexto social e económico. Esta sensibilização será feita junto dos médicos e dos utentes”.

## ACTUALIDADE

### PARES

## Duzentas novas creches beneficiam 7800 crianças



TENDO em conta a cobertura de 36% das necessidades do país, o Estado vai abrir ao longo do corrente ano cerca de 200 novas creches, o que coloca Portugal acima dos referenciais europeus, afirmou o secretário de Estado da Segurança Social.

O objectivo do PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, lançado em 2006, no primeiro Governo de Sócrates, era construir 400 novas creches para mais 18 mil crianças, num financiamento público de cerca de 82 milhões de euros.

Segundo Pedro Marques, secretário de Estado da Segurança So-

cial, uma centena destas creches já está em actividade desde 2009 e este ano “180 a 200 equipamentos podem também entrar em funcionamento”, beneficiando mais de 7800 crianças.

Pedro Marques sublinhou que há assim “um alargamento significativo da rede solidária”, contratada entre o Estado e as instituições sociais, onde há uma comparticipação no funcionamento de “bem mais de 200 euros por criança por mês”. Neste momento, acrescentou, “há mais de 260 creches adjudicadas”.

O secretário de Estado salientou que as 400 novas creches, constru-

ídas e a construir, representam um acréscimo de 50% relativamente à situação inicial, antes do PARES, e coloca Portugal acima dos referenciais europeus estabelecidos pelos Estados-membros da União Europeia de uma taxa de cobertura de 33%.

Alguns distritos registam “uma dinâmica populacional forte, com populações jovens e muita natalidade”, uma situação reflectida no modo como foram aprovados os equipamentos do PARES, disse Pedro Marques, dando como exemplos Braga, Algarve, Lisboa e Vale do Tejo ou Porto.

## Pensões por acidentes de trabalho aumentam 1,25% em 2010

O GOVERNO aprovou um regime transitório de actualização das pensões de acidentes de trabalho para 2010, que fixa um aumento global de 1,25%, acima dos indicadores de inflação e crescimento da economia para evitar uma redução do valor nominal das pensões.

Em conferência de Imprensa após a reunião do Conselho de Ministros de 25 de Fevereiro, o secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Carlos Costa Pina, disse que esta medida “abrange cerca de 38 mil pensionistas”, que, deste modo, “vêm protegido o direito à sua pensão” e mantém o paralelismo entre a actualização destas pensões com as pensões do regime geral da Segurança Social.

“Uma vez que a aplicação dos indicadores de referência legalmente previstos para a actualização das pensões de acidentes de



trabalho – que apresentam valores muito baixos ou mesmo negativos – obstará ao aumento efectivo do valor nominal de tais pensões,

procede-se assim a uma actualização, excepcional e transitória”, lê-se no comunicado do Conselho de Ministros.



# Portugal deve inspirar-se nos bons exemplos empresariais

“O PAÍS precisa de se inspirar nos bons exemplos empresariais, precisa da vontade e da confiança de quem empreende”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, na visita que efectuou no dia 26 à empresa que comercializa a marca de jeans Salsa, em Ribeirão, concelho de Famalicão, salientando que “este é o exemplo de uma empresa que se internacionalizou num mercado tão exigente como o da moda, através de uma atitude de permanente exigência para manter um estatuto de sucesso no sector”.

Sócrates frisou que a sua deslocação à empresa serviu, também, para “mostrar um governo próximo das pessoas e das empresas, próximo daqueles que não choram sobre o leite derramado, dos que todos os dias dão contributo para que a economia seja melhor e mais próspera”.

Referindo que “vivemos tempos muito difíceis em que não há nenhum país desenvolvido que não enfrente dificuldades e problemas”, o primeiro-ministro apontou a “confiança como a melhor forma



de ultrapassar os problemas” e reiterou que “o sucesso económico de um país depende da aposta na educação e ciência”.

O chefe do Governo recordou, a propósito, que “muita coisa mudou” nos últimos cinco anos, nomeadamente na área educação e ciência,

sublinhando que “hoje 35% dos jovens estudam nas universidades e que o país gastou 1,51% do PIB em 2008 em actividades de Investigação

e Desenvolvimento, quando em 2005 investia apenas 0,8 por cento, estando agora acima da média europeia com 7,2 investigadores por cada mil pessoas”.

Sócrates acentuou que, em 2009, Portugal foi o primeiro da União Europeia no *ranking* do Governo electrónico, que tem uma balança tecnológica positiva e frisou o facto de a Microsoft ter escolhido uma escola básica de Lamego como a mais evoluída tecnologicamente do mundo.

Neste dia dedicado ao concelho de Famalicão, o primeiro-ministro esteve depois presente na cerimónia de inauguração do Centro Social e Paroquial de Brufe, em Famalicão, que tem creche, centro de dia e lar para idosos.

Com um investimento público e privado de 1,3 milhões de euros, o novo centro social que irá criar 30 postos de trabalho, é um dos 11 projectos aprovados para Famalicão no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES).

## Marcas nacionais contam com apoios necessários à internacionalização



FERNANDO Medina, secretário de Estado Adjunto da Indústria e Desenvolvimento, afirmou em Milão, na abertura da principal feira internacional de calçado, que as 79 empresas portuguesas que integram o certame são, para o país, motivo de orgulho e um exemplo a seguir.

“A ideia com que fico é a de um grande orgulho nesta indústria, que está ao nível do que de melhor

se faz na Europa e no mundo em matéria de qualidade, inovação, conceito de marca e capacidade de se adaptar ao consumidor”, frisou.

Como “traço comum” às empresas nacionais que se incluem entre os 1600 expositores do certame, Fernando Medina apontou “a qualidade dos seus produtos”, a “capacidade de gerar valor acrescentado” e também a “trajectória extremamente positiva, que deve

ser encarada como um excelente exemplo”.

O secretário de Estado atribuiu aos empresários do calçado uma perspectiva de “confiança e optimismo em 2010” e acrescentou que, no actual momento de “crescimento e recuperação”, as marcas nacionais poderão contar com seguros de crédito facilitados e “com os apoios necessários à internacionalização”.

## SÓCRATES GARANTE AOS EMPRESÁRIOS GOVERNO VAI CONTROLAR CONTAS PÚBLICAS ATÉ 2013

“NOS PRÓXIMOS anos Portugal tem a obrigação de corrigir o desequilíbrio das contas públicas. E vamos consegui-lo até 2013, tal como já o fizemos entre 2005 e 2008”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, num jantar de empresários promovido pela Associação Empresarial de Portugal (AEP), em Santa Maria da Feira, onde foram apresentados os resultados da campanha de promoção das marcas portuguesas “Portugal. A minha primeira escolha”.

Segundo Sócrates, “o controlo das contas públicas é uma questão da maior importância para a confiança na economia e para garantir o seu financiamento”, sustentando que “a atitude de confiança é essencial e o pior que pode acontecer a um país é ficar refém dos seus próprios medos”.

“Nos próximos anos, Portugal tem que fazer o caminho do equilíbrio das contas públicas”, reforçou Sócrates. O primeiro-ministro acrescentou ainda que “o Governo deve ter uma atitude de confiança que puxe pela confiança dos portugueses e que saiba mobilizar os portugueses”.

Neste contexto, Sócrates defendeu que “o dever do Governo é estar próximo de quem tem espírito empreendedor, de quem gosta de correr riscos e fazer tudo o que está ao seu alcance para um país melhor”.

“Contamos com a fibra dos empresários”, afirmou, sublinhando que “é importante estar próximo dos que arriscam todos os dias para saberem que o Estado está com eles na retoma do crescimento”.

José Sócrates teceu rasgados elogios à iniciativa “Portugal. A minha primeira escolha”, da AEP, considerando-a “uma campanha meritória em benefício do país”. E frisou, a propósito: “Eu sou daqueles que sempre acreditou no seu país”.

Numa sala com centenas de empresários, o primeiro-ministro reiterou que o Governo tem como prioridade “continuar a apoiar as empresas e a criação de emprego”.



# PEC ambicioso vai assegurar contenção e redução

O Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), apresentado nas suas linhas gerais pelo primeiro-ministro aos partidos e discutido com os parceiros sociais, constitui uma proposta “ambiciosa” e contém medidas “justas e necessárias”, porque prevê uma estratégia credível de redução do défice, privilegia a contenção da despesa, mantém um quadro geral de estabilidade que não compromete a competitividade e o emprego e assegura a sustentabilidade das finanças públicas, condição indispensável para o crescimento sustentado da economia.

Para atingir o objectivo de redução do défice orçamental de 9,3% em 2009 para 2,8% em 2013, cumprindo as regras da zona euro, o Executivo de José Sócrates afirma esperar contar com o “contributo” e a “solidariedade responsável” das diferentes forças políticas e dos parceiros sociais.

J. C. CASTELO BRANCO

NUMA declaração ao país, no dia 8, após a apresentação do PEC 2010-2013 aos partidos com assento parlamentar, na sua residência oficial, na qual delineou os principais aspectos desta proposta, o primeiro-ministro reiterou que se mantém a “opção clara e fundamental” de que não haverá aumento de impostos, com uma excepção, a subida da tributação fiscal para os rendimentos acima dos 150 mil euros, que passa de 42% para 45%.

“Vamos reduzir a despesa fiscal e tornar mais justo o sistema fiscal português”, afirmou José Sócrates, considerando que “é preciso que os portugueses tenham consciência de que o sistema fiscal que nós tínhamos beneficiava aqueles que têm rendimentos mais elevados, porque esses poderiam beneficiar de deduções fiscais mais elevadas do que outros”.

Por outro lado, o primeiro-ministro classificou a proposta de Programa de Estabilidade e Crescimento como “ambiciosa”, uma vez que, frisou, “metade dos países europeus vai aumentar o défice em 2010 e Portugal não só não vai aumentá-lo como vai reduzi-lo, e é dos países onde essa redução vai ser maior”.

No âmbito de uma aposta justa e adequada de distribuição de esforços entre todos os cidadãos, famílias e empresas, José Sócrates notou que passará a haver a tributação das mais-valias mobiliárias e que passará a haver uma limitação ao recurso a deduções e benefícios fiscais mais acentuada nos escalões mais elevados de rendimentos e para as grandes empresas.

Com vista à redução da despesa, haverá também cortes em todas as áreas da despesa da Administração

Pública, mantendo-se a regra da admissão de um funcionário por cada dois que entrem na reforma, uma medida que já reduziu em 73 mil o número de funcionários nos últimos quatro anos.

Já nas prestações sociais serão impostos tectos, de modo a permitir dirigi-las às pessoas que delas efectivamente carecem, e serão igualmente colocados limites aos benefícios fiscais.

Na área do investimento público, Sócrates disse que são mantidas no essencial as opções já tomadas no que respeita ao novo aeroporto de Lisboa e o comboio de alta velocidade Lisboa-Madrid, sendo adiada por dois anos a ligação de TGV entre Lisboa e Porto e Porto-Vigo, nomeadamente para aproximação às posições “de outras posições políticas que possam permitir um apoio” ao PEC, que “é absolutamente necessário para a sua apresentação internacional”.

José Sócrates sublinhou ainda que estas medidas “têm como objectivos relançar economia e equilibrar as finanças públicas” e “defender a credibilidade e a confiança na economia portuguesa”.

## Credibilidade e confiança

Horas antes em conferência de Imprensa, o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, tinha já afirmado que o PEC que irá ser apresentado pelo Governo em Bruxelas “é credível, gera confiança, leva a cabo uma política de contenção orçamental e de redução da despesa pública”, assegurando “equidade fiscal” no esforço de contenção que é exigido a todos.

Mas, defendeu, “quem mais tem mais deve participar neste esforço”, dando como exemplo paradigmático a taxa de 20% a que



vão ser sujeitas as mais-valias mobiliárias.

No âmbito da política de redução do défice até 2013, Teixeira dos Santos disse que a estratégia assenta na redução do peso da despesa no PIB, apostando em medidas que diminuam a despesa e melhorem a receita fiscal.

Assim, segundo o ministro das Finanças, as despesas com o pessoal da Administração Pública registarão uma redução para 10% do PIB em 2013. Para o efeito, adiantou, o seu montante será reduzido em cada ano em pelo menos 100 milhões de euros, uma meta que será conseguida através congelamento de salários e o reforço da regra dois por um.

“Nós iremos reduzir o peso da despesa com pessoal para 10% do PIB até 2013. Ela situa-se actualmente um pouco acima dos 11%, vai descer para 10% do PIB até 2013. Isto quer dizer que, aproximadamente, por cada um dos próximos anos, a despesa global com pessoal terá de ser reduzida em

pelo menos 100 milhões de euros”, referiu Teixeira dos Santos.

“Para o efeito, vamos aplicar a regra de dois em um, agora uma regra com uma força legal acrescida. Visa por pelo menos dois trabalhadores que saem, uma entrada”, explicou o governante, contando que esta medida já funcionou na anterior legislatura e que assim pretende “reduzir ainda mais o número de funcionários públicos”.

Para que esta redução da despesa seja alcançada, inclui-se ainda nesta “uma política salarial de forte contenção”.

“Nós congelámos os salários este ano. Não podemos assumir um compromisso de alinhar o andamento dos salários dos trabalhadores com funções públicas com a inflação. Vamos ter, de facto, de prosseguir uma política de forte contenção salarial, o que implica que os aumentos que possam vir eventualmente a verificar-se serão aumentos que estão abaixo da inflação esperada durante este período”, disse.

Teixeira dos Santos lembrou ainda que “75% da despesa pública corrente corresponde a despesas com pessoal e a despesas sociais”, defendendo, por isso, que “não pode haver uma correcção perceptível e significativa do peso da despesa que não tenha incidência nestas duas rubricas”.

## Contenção salarial

No âmbito das despesas sociais, o ministro disse que, entre outras medidas, vai haver um tecto de despesa para as prestações de natureza não contributiva, a eliminação das medidas temporárias anticrise de apoio social e o reforço da fiscalização, de forma a combater os abusos e a fraude.

Ainda no quadro da redução das despesas do Estado de forma a diminuir o défice, Teixeira dos Santos adiantou que vai ser imposto um tecto para as despesas com *outsourcing* e um corte de 40% nas dotações previstas na Lei de Programação Militar.

Por outro lado, o ministro das

# garantir estabilidade fiscal da despesa



## PS QUER CONSENSO E APELA À RESPONSABILIDADE DA OPOSIÇÃO

APELANDO ao “sentido de responsabilidade” dos partidos da oposição, no sentido de contribuírem para o esforço nacional de redução do défice orçamental e da dívida pública no médio prazo, o PS vai apresentar um projecto de resolução na Assembleia da República que terá como elemento fundamental o apoio ao Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC),

Falando no dia 8, à saída de uma audiência com o primeiro-ministro, José Sócrates, o presidente da bancada parlamentar socialista, Francisco Assis, defendeu que “este documento do ponto de vista estratégico deve ser amplamente discutido com os partidos com representação parlamentar e em torno do qual se deve estabelecer o máximo consenso parlamentar possível”. E considerou ser possível estabelecer uma “cooperação positiva” com os partidos da oposição.

Acompanhado pelo presidente do PS, Almeida Santos, Assis apelou “ao sentido de responsabilidade dos vários partidos da oposição” no sentido de participarem no “grande esforço nacional

tendo em vista a redução do défice orçamental e da dívida pública no médio prazo”.

Referindo que num momento em que “nenhuma força política tem maioria no Parlamento”, o líder do Grupo Parlamentar do PS disse que todos os partidos da oposição e os parceiros “também têm responsabilidades”, defendendo a necessidade de serem estabelecidos “os mais vastos consensos possíveis” em torno do PEC.

“Não me passa pela cabeça que partidos responsabilidades tomem atitudes irresponsáveis em relação a um documento desta natureza. Ninguém compreenderia que os partidos políticos que assumiram essa responsabilidade em relação ao Orçamento de Estado não o façam em relação ao PEC”, disse.

E lembrou, a propósito, que, na oposição, chamado a pronunciar-se sobre “um documento desta mesma natureza”, o PS “contribuiu para a viabilização desse documento através de uma abstenção”.

É que, frisou, “estar na oposição não pode sig-

nificar nunca perder de vista o interesse nacional. E neste caso é do interesse nacional que estamos a falar, no sentido mais exigente do conceito”.

O líder parlamentar socialista afirmou que o PEC apresentado nesse dia pelo primeiro-ministro ao PS e aos partidos da oposição prevê medidas que “em alguns casos serão medidas duras”, mas frisou que são medidas “que correspondem às necessidades presentes do país e em relação às quais houve grande preocupação com a justiça social”.

Trata-se, sublinhou ainda, de um documento que “aponta um caminho de redução muito significativa do défice orçamental e da dívida pública”, mas com “profundo sentido de rigor e equidade”.

“Estamos certos que é um programa que concilia uma grande preocupação ao nível do rigor orçamental com uma grande preocupação de continuar a ter uma política orçamental ao serviço do desenvolvimento solidário do país”, afirmou Francisco Assis. J. C. C. B.

## SÓCRATES REITERA QUE NÃO HAVERÁ AUMENTO DE IMPOSTOS

O PEC não implica aumento de impostos, afirmou o primeiro-ministro, que reiterou haver apenas uma excepção em nome da equidade, ou seja, “vão ser taxados com 45% os portugueses que têm rendimentos acima de 150 mil euros anuais”.

José Sócrates falava, no dia 9, no final da assinatura de um acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre execução dos investimentos de iniciativa municipal no âmbito do QREN, em Lisboa, que permitirá uma maior simplificação e rapidez de procedimentos.

O primeiro-ministro, que se deslocou à sede da Concertação Social para explicar as linhas gerais do PEC, sublinhou que a redução dos

benefícios fiscais inscrita no PEC “far-se-á em nome de um princípio de justiça no sistema fiscal”.

É que, explicou, “nós temos um sistema fiscal que permite àqueles que têm mais elevados rendimentos terem mais benefícios fiscais. Compreendo que os outros partidos pensem de forma diferente, mas aquilo que propusemos no PEC está escrito no nosso Programa de Governo, sempre esteve anunciado nas nossas intenções ao longo de toda a campanha eleitoral e visa mais uma vez dar mais justiça ao nosso sistema fiscal”.

Segundo o primeiro-ministro, quem vai ser afectado pela redução de benefícios fiscais são “alguns portugueses que têm elevados

rendimentos e que tinham possibilidade de deduzir nos seus impostos o colégio dos filhos ou operações que fazem nos hospitais privados, e que agora vão ter uma limitação nos seus benefícios fiscais”.

Voltando a afirmar, como fez na comunicação ao país de 8 de Março, que “o grande esforço” de redução do défice orçamental “faz-se na redução da despesa”, acrescentou que “podíamos ter escolhido o caminho fácil de aumento de impostos, mas escolhemos o caminho difícil de controlar a despesa do Estado de forma a que possamos nos próximos três anos ter o trabalho feito de recuperação da economia e equilíbrio das contas públicas”.

Finanças anunciou ainda o adiamento por dois anos da execução das linhas de alta Lisboa-Porto e Porto-Vigo.

“O investimento público teve um pico em 2009 com os programas de estímulo à economia e esse esforço irá ser atenuado nos próximos anos, regressando a valores anteriores, e neste domínio decidimos o adiamento da execução das linhas de alta velocidade entre Lisboa e Porto e entre Porto e Vigo”.

Visando “controlar e reduzir o endividamento do Estado”, Teixeira dos Santos anunciou que o Governo vai levar a cabo “um conjunto significativo de privatizações”, que permitirão obter uma receita na ordem dos 6000 milhões de euros.

O ministro das Finanças considerou ser “muito importante” que em sede de Assembleia da República “haja apoio” às políticas de “contenção orçamental e de diminuição da despesa” consagradas no PEC.

### EVOLUÇÃO DA ECONOMIA NO PEC (%)

	2010	2011	2012	2013
Consumo famílias	1	0,8	0,9	1
Consumo público	-0,9	-1,3	-1,5	0,2
Investimento (FBCF)	-0,8	1	1,6	1,8
Exportações	3,5	4,1	4,5	4,6
Importações	1,7	1,9	1,9	2
PIB	0,7	0,9	1,3	1,7
Inflação	0,8	1,9	1,9	2
Taxa desemprego	9,8	9,8	9,5	9,3
Emprego	-0,1	0,1	0,4	0,6
Défice orçamental*	-8,3	-6,6	-4,7	-2,8
Défice externo*	-8,4	-8,8	-8,2	-8,2
Dívida pública	85,4	88,9	90,1	89,3

Fonte: PEC

\*% PIB

## OCDE APOIA ESTRATÉGIA DE CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL DE PORTUGAL

A OCDE – Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento elogiou a estratégia de consolidação orçamental de Portugal, que afirma estar na direcção certa para assegurar a confiança dos mercados e suportar o crescimento da economia.

“A OCDE acolhe a estratégia de consolidação do Governo [português] que vai na direcção de manter a confiança dos mercados, suportar o crescimento e assegurar a sustentabilidade financeira”, referiu em comunicado, no dia 10, o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría.

A organização garante assim que apoiará estratégia e esforço português de consolidação orçamental com vista à redução do défice para os três por cento do produto interno bruto (PIB) até 2013, dos 9,3% registados em 2009.

## OPINIÃO

JOÃO SEQUEIRA  
Deputado do PS

www.joaosequeira.com

*A reabilitação urbana assume uma importância estratégica fundamental no contexto da política de cidades e desenvolvimento e competitividade do nosso território*

## ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2010 PRIORIDADES PARA O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E POLÍTICA DAS CIDADES

O ORÇAMENTO do Estado para 2010, no domínio do Ordenamento do Território e da Política das Cidades, no cumprimento do Programa do Governo, apresenta seis vectores estratégicos: a aposta na reabilitação urbana; a renovação da Política da Habitação; a execução da Política das Cidades; uma nova Lei dos Solos; a melhoria dos Sistemas de Informação e Planeamento Territorial; e a implementação da Estratégia Nacional de Gestão da Zona Costeira.

No âmbito dos sistemas de planeamento, para além da preparação de uma nova Lei dos Solos, prevê-se para 2010 a elaboração das orientações estratégicas de âmbito nacional para a delimitação da REN e a conclusão dos planos regionais do ordenamento do território. No que diz respeito à informação territorial, geográfica e cadastral, salienta-se a consolidação do processo de cobertura cadastral do país, a instalação do Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo, a consolidação do Sistema Nacional de Informação Geográfica e a continuação da implementação do Sistema Nacional de Informação Territorial. Já na Política das Cidades, estabelece-se como prioridade acelerar a execução das operações da Política de Cidades Polis XXI, já aprovadas no âmbito do QREN, que somam mais de 800 milhões de euros.

Mas este Orçamento do Estado apresenta, como marca política determinante, uma aposta estratégica clara no investimento governamental, na Política do Litoral e na reabilitação urbana e Política de Habitação. A reabilitação urbana assume uma importância estratégica fundamental no contexto da Política de Cidades e desenvolvimento e competitividade do nosso território. Para 2010 está previsto o arranque do Programa de Apoio à Reabilitação Urbana 2010-2015, que tem como meta multiplicar por cinco a média anual de fogos reabilitados com o apoio do Estado, procurando por esta via estimular a economia e o emprego. Prevê-se ainda a operacionalização de Fundos de Desenvolvimento Urbano, que serão um instrumento essencial de financiamento das operações de reabilitação urbana previstas no regime jurídico da reabilitação urbana. Na Política de Habitação, prevê-se a aprovação do Plano Estratégico da Habitação que apresenta duas linhas de actuação: Reabilitação do Património Habitacional Degradado; e Desenvolvimento do Arrendamento Urbano.

Quanto à Política do Litoral, o substancial crescimento da dotação orçamental do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território afecta a investimentos no litoral, a que acrescem cerca de 53 milhões de euros dos quatro Polis do Litoral, reflectem a prioridade política da consideração do litoral como uma das áreas essenciais da intervenção do Governo, através do desenvolvimento de uma política integrada e da implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira.

Em suma, o Orçamento do Estado para 2010, no domínio do Ordenamento do Território e Política das Cidades, corporiza prioridades políticas claras e soluções objectivas para os problemas do país.

## ACTUALIDADE

# Educação é aposta indiscutível para socialistas



**A educação continua no topo das prioridades da acção governativa socialista porque ela garante a igualdade de oportunidades e é fundamental para o sucesso económico, afirmou o primeiro-ministro e secretário-geral do PS, José Sócrates, num encontro com professores que decorreu no Porto.**

MARY RODRIGUES

ACOMPANHADO pela ministra da Educação, José Sócrates saudou desde logo Isabel Alçada pelo seu papel central na negociação com os sindicatos do sector, o que, nas palavras do chefe de Governo, abriu portas ao consenso e ao acordo de reformas essenciais como o modelo de avaliação de professores e a revisão do estatuto da carreira docente, consubstanciando um “éxito político notável”.

Para Sócrates, a realização, em 2009, da avaliação de professores foi um passo na direcção certa.

“Foi um passo no sentido de transformar o nosso sistema educativo num sistema mais exigente e um passo no sentido de se fazer justiça aos professores”, disse.

Depois, referiu-se às “mudanças estruturais e profundas” realizadas em quatro anos no sector da Educação, lembrando a valorização do ensino profissional com a introdução de novos cursos, a alteração do modelo de gestão das escolas, que deu mais poder e responsabilidade à figura do director, bem como o alargamento e a melhoria da acção social escolar.

“Também colocámos as escolas portuguesas na linha da frente da modernização tecnológica”, disse Sócrates, para depois sublinhar que para o final deste ano, segundo o Plano Tecnológico da Educação, as

escolas terão todas as suas salas de aula ligadas à Internet, salientando com isso o esforço realizado em prol da qualidade da aprendizagem e da capacidade para ensinar por parte dos professores.

Apontou igualmente para o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano como uma ambição que não se esgota no quadro legal.

“Essa é agora a nossa tarefa, na qual nos vamos concentrar, especialmente pela criação de condições para que as famílias se sintam apoiadas e encontrem vantagens em manter os seus filhos a estudar”, explicou José Sócrates.

A terminar, não deixou de referir uma mudança que considerou “fundamental e imperativa”, referindo-se ao enorme esforço de investimento para a requalificação do parque escolar, uma iniciativa, que, frisou, “não tem paralelo nas últimas décadas”.

Saudando o trabalho “magnífico” levado a cabo pela empresa Parque Escolar e pelas autarquias, de resto reconhecido internacionalmente por especialistas da OCDE como “exemplar”, o líder socialista, realçou que todas estas mudanças requereram “coragem”.

“Coragem é o que os socialistas têm de ter para executar mudanças na educação”, sustentou, defendendo ainda que reformas como as realizadas no primeiro ciclo do

ensino básico não poderiam ter sido feitas a pensar no impacto eleitoral das medidas.

“Esse seria o primeiro passo para desistir”, observou Sócrates, garantindo, com visível satisfação que, apesar de toda a controvérsia gerada em torno destas mudanças, elas “produziram resultados que nos encorajam a prosseguir” numa linha política que visa a melhoria da nossa escola pública.

### Avançar, clarificar e desenvolver

Antes, a ministra Isabel Alçada elencou as prioridades da linha de acção do Ministério da 5 de Outubro.

Garantir educação para todos os portugueses, melhorar os resultados da aprendizagem – “efectiva e de qualidade” –, enriquecer o currículo educativo, dar continuidade à modernização da escola e apoiar o desenvolvimento das escolas e dos professores foram as cinco metas traçadas pela governante perante os docentes.

Na sua intervenção, a ministra aproveitou também para reforçar a ideia de que a aposta do Governo do PS tem sido e será “a qualidade e a exigência” na aprendizagem.

“O tempo das reformas passou. Precisamos agora de agarrar em tudo aquilo que de bom já foi feito na legislatura anterior e avançar, clarificar, desenvolver”, afirmou a titular da pasta da Educação, defendendo de seguida que a execução de todas as metas deve perspectivar-se na diversidade como factor de enriquecimento da prática educativa e deve ser avaliada, com critério e rigor, tendo como fim último a qualidade da aprendizagem no sistema de ensino português.

# Ajudar ao desenvolvimento de Moçambique



**A criação de um banco de investimentos luso-moçambicano, detido em partes iguais pela Caixa Geral de Depósitos e pelo Tesouro de Moçambique, acordos nas áreas da cultura, economia, defesa e no sector das energias renováveis, inauguração de um Centro de Dia, de um complexo escolar e de um equipamento de apoio social na capital moçambicana, para além da assinatura de vários memorandos de entendimento, destinados ao reforço das relações entre os dois países, constituem os resultados concretos da visita oficial que o primeiro-ministro português fez a Moçambique.**

RUI SOLANO DE ALMEIDA

NA OPINIÃO do primeiro-ministro português, e perante o entusiasmo com que foi recebido, quer pelos líderes moçambicanos, quer pela população nas diversas cidades onde se deslocou, não restam dúvidas de que “Portugal é o país escolhido para trabalhar com Moçambique no seu desenvolvimento”.

José Sócrates esteve em visita oficial, entre 2 e 5 de Março, respondendo a um convite endereçado pelo Presidente da República, Armando Guebuza.

A comitiva portuguesa integrava diversos membros do Governo, designadamente o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, da Defesa, da Economia, da Inovação e Desenvolvimento, do Trabalho e da Segurança Social e ainda a titular da pasta da Cultura, para além de dezenas de dirigentes da Administração Pública e mais de cinco dezenas de

empresários portugueses com actividade em Moçambique.

Para além do encontro de trabalho com Guebuza e de liderar uma reunião entre os dois governos, que resultou da assinatura de vários acordos abrangendo diversas áreas sectoriais, nomeadamente nas áreas da cooperação técnico-militar, alterações climáticas, energias renováveis, transportes e comunicações, educação e cultura, Sócrates reuniu-se também com deputados da República, Verónica Macamo, e ainda com o seu homólogo moçambicano, Aires Ali.

## Portugal aliena resto da participação em Cahora Bassa

Nesta visita, a primeira ao exterior depois de ter sido reeleito, José Sócrates salientou a importância do reforço das relações económicas entre os dois países, tendo destacado

neste capítulo, e como exemplo, a barragem hidroeléctrica de Cahora Bassa, na província de Tete, um equipamento onde o Estado português, ainda detém uma participação de 15%, posição que agora pretende alienar negociando com a portuguesa REN – Rede Eléctrica Nacional e com a moçambicana Companhia Eléctrica do Zambeze.

Sobre esta matéria, Sócrates garantiu que Portugal não deixará de cooperar nos investimentos previstos para a barragem, o que fará “recorrendo ao fundo de investimento luso-moçambicano”, (cerca de 90 milhões de euros), um compromisso que o nosso país assumiu aquando do processo de transferência da barragem para o Estado moçambicano.

Este fundo servirá para estreitar as relações entre o sector privado empresarial português e moçambicano e para potenciar o investimento em áreas consideradas prioritárias, caso das energias renováveis.

Ainda na vertente das relações económicas, teve lugar um seminário que contou com a presença e a participação do Presidente da República de Moçambique e do primeiro-ministro de Portugal, um encontro especialmente dedicado às energias renováveis, tema sobre o qual foram assinados diversos protocolos que vão permitir a utilização de linhas de crédito na expansão do abastecimento de energia a comunidades escolares, hospitais e zonas rurais deste país africano.

No final deste seminário, José Sócrates e Armando Guebuza en-

tregaram o prémio Leya ao escritor moçambicano Borges Coelho, altura em que o primeiro-ministro se encontrou com Manuel Alegre, que também integrou a comitiva na qualidade de presidente do júri daquele galardão.

A partir de agora, como ficou decidido, os dois países vão passar a encontrar-se uma vez por ano numa cimeira periódica em que serão debatidos todos os temas da cooperação, encontros que para Armando Guebuza terão que focar “de forma inequívoca”, o apoio à prioridade nacional que passa pela luta contra a pobreza.

## Trabalho sério na cooperação com Moçambique

Um tema a que Sócrates respondeu presente garantindo que Portugal “tudo continuará a fazer para ajudar o povo moçambicano”. É um dever que temos, disse, “perante a nossa consciência e a nossa história”.

O primeiro-ministro português falava após inaugurar num bairro na cidade de Maputo um Centro de Dia integralmente financiado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal, tendo recordado a este propósito os cerca de três milhões de euros totalmente financiados pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e destinados ao projecto social das Mães de Mavalane.

Em 2010 estão previstos apoios que rondarão os cerca de 237 mil

euros, sendo que na última década as ajudas portuguesas a Moçambique no âmbito do combate à pobreza alcançaram valores que atingiram os 14 milhões de euros.

Medidas e iniciativas que o Presidente moçambicano agradeceu, referindo que os acordos agora assinados apontam “de forma determinante” para a constituição de actividades que vão ajudar no combate à pobreza em Moçambique.

Para o primeiro-ministro, esta visita serviu igualmente para demonstrar que o Governo português está a trabalhar de forma séria e empenha na cooperação económica e social com Moçambique, respondendo assim “perante a nossa consciência e a nossa história”.

Recorde-se que o Conselho de Ministros de 25 de Fevereiro já tinha aprovado a criação do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique, cumprindo deste modo um compromisso entretanto já assumido pelo Estado português de apoiar o investimento nacional naquele país africano.

Trata-se de um Fundo, dotado com 124 milhões de dólares norte-americanos, e que se destina a financiar projectos de investimento e de parcerias em que participem empresas portuguesas, nomeadamente em áreas afectas à energia, em especial às renováveis, mas também ligadas ao ambiente ou infra-estruturas, desde quer se orientem por critérios de sustentabilidade económica, financeira e ambiental.

# Comemorações do centésimo aniversário de Tito de Morais

Na semana de 28 de Junho a 2 de Julho vai decorrer um conjunto de iniciativas que visam homenagear o fundador do PS, Alfredo Tito de Morais, referência moral e cívica de todos os socialistas, que dedicou a sua vida aos valores da igualdade, liberdade e fraternidade, o que lhe valeu durante a ditadura do Estado Novo o exílio e a prisão.

SEM que o programa esteja ainda completamente elaborado, a Comissão das Comemorações do Centenário de Tito de Morais (CCTM) informa que a Assembleia da República vai organizar uma sessão solene para lembrar o antigo presidente deste órgão de soberania, eleito em 1983, que deverá coincidir com o início das comemorações a 28 de Junho, data do centésimo aniversário do nascimento do camarada

Tito de Morais.

As comemorações terminarão a 2 de Julho na sede nacional do PS, no Largo do Rato, em Lisboa.

Segundo a CCTM, entre estas duas datas prevêem-se, entre outras iniciativas, uma sessão pública na Fundação Mário Soares e os lançamentos de um postal dos CTT, de uma fotobiografia e de um número especial do "Portugal Socialista", o órgão da ASP e depois do PS criado



Em 1945, aderiu ao Movimento de Unidade Democrática (MUD) de que seria membro da Comissão Central, o que lhe valeu duas prisões. Despedido do emprego por razões políticas viu-se obrigado a partir para Angola, onde continuou a luta pelos seus ideais democráticos. Mas mesmo aí seria preso de novo em 1961, quando rebentou a Guerra Colonial naquele país.

Desempregado de novo, vê-se obrigado a exilar primeiro para o Brasil e depois para a Argélia, onde milita activamente nos movimentos unitários da oposição e por fim para Itália, onde se dedica à transformação da Acção Socialista Portuguesa (ASP) no Partido Socialista, o que viria a acontecer em 1973, na Alemanha.

Após a revolução de 25 de Abril de 1974, Manuel Tito de Morais empenhou-se na organização interna do Partido Socialista e nas relações exteriores e, em 1975, foi eleito deputado por Viana do Castelo à Assembleia Constituinte.

Seria deputado toda a sua vida útil e mesmo presidente da Assembleia da República em 1983/84, com um intervalo durante o VI Governo Provisório e o I Governo Constitucional, em que desempenhou as funções de secretário de Estado da População e Emprego.

Toda esta actividade decorreu a par de uma grande militância partidária nos diversos órgãos dirigentes do partido, sendo presidente do PS entre 1986 e 1988 e depois presidente honorário até à sua morte em 1999.

Os camaradas que integram a Comissão apelam a todos os militantes e simpatizantes para que participem e divulguem esta iniciativa. Vamos lembrar este obreiro da liberdade para melhor construirmos o futuro. Comuniquem com a CCTM através de [cctm@sapo.ou](mailto:cctm@sapo.ou) [cctm@ps.pt](mailto:cctm@ps.pt).

em Roma, em 1967, e que teve como primeiro director Tito de Morais.

Estas acções estão previstas para Lisboa, no entanto a CCTM lança um apelo às federações, concelhias e secções do partido, da juventude e das mulheres de todo o país para organizarem iniciativas locais dentro do espírito destas comemorações, que é lembrar a vida e a obra do fundador do partido para que o seu exemplo perdure nas novas gerações de socialistas e nos portugueses em geral.

A CCTM apela também para que escrevam para o blog [titomorais.blogspot.com](http://titomorais.blogspot.com), criado especialmente para que todos possam contar histórias passadas com Tito de Morais ou mesmo histórias da luta contra a ditadura e da construção do Portugal democrático.

Nascido no ano da implantação da República e filho de um combatente do 5 de Outubro de 1910, Manuel Tito de Morais viveu inteiramente para a política desde os 16 até aos 89 anos.

## Militantes da Guarda analisam políticas de emprego

COM vista a aprofundar as questões associadas às políticas de emprego e de formação profissional que estão a ser implementadas pelo Governo do PS, a Federação Guarda promoveu recentemente plenários de militantes nos concelhos do distrito.

A iniciativa contou com a presença de dirigentes socialistas a desempenharem funções no Instituto de Emprego e Formação Profissional do distrito da Guarda.

Amplamente participados, os 14 plenários deram a conhecer aos militantes e simpatizantes do

partido as inúmeras medidas que o Executivo está a implementar e que visam diminuir a taxa de desemprego em Portugal.

Os socialistas da Guarda deram assim, mais um contributo na importante e necessária tarefa de debater as opções e estratégias nas diferentes áreas de governação.

Dado o sucesso que estes plenários tiveram, o PS/Guarda decidiu, entretanto, realizar mais plenários com temáticas de interesse para a região, que serão oportunamente calendarizados.



II Curso de Formação Política da Fundação Res Publica 2010

## ESQUERDA e DIREITA

### Apresentação

O curso pretende proporcionar uma formação introdutória e geral sobre o significado conceptual e histórico da distinção entre Esquerda e Direita. Focado na contemporaneidade, e em Portugal, a sua leccionação combina diversos saberes das ciências sociais e humanas.

### Metodologia

Quatro módulos práticos, ao longo de cinco semanas, dois dias por semana, entre as 20.30 e as 22.30, e duas conferências fechadas, também entre as 20.30 e as 22.30, no ISCTE em sala a indicar. Ao todo, são 20 horas de formação certificadas pela DGERT.

### Programa

- 1 - **Esquerda e Direita** - (7 e 8 de Abril de 2010)  
Por: **José Lamego** (Advogado, FDL)
- 2 - **Igualdade, conceito em debate** - (13 e 15 de Abril de 2010)  
Por: **Regina Queiroz** (Professora de Filosofia, Universidade Lusófona)
- 3 - **Ideologia, ciência política e cidadania** - (20 e 22 de Abril de 2010)  
Por: **Filipe Carreira da Silva** (Sociólogo, ICS/UL)
- 4 - **Esquerda e Direita em Portugal (contemporâneo)** - (27 e 29 de Abril de 2010)  
Por: **Carlos Leone** (Historiador, CHC/UNL) e **Ana Rita Ferreira** (Polítóloga, IEP/UCP)

### Conferências

- A **Direita e as Direitas** (5 de Maio de 2010)  
Por: **Jaime Nogueira Pinto** (Polítólogo, ISCSP/UTL)
- Os Valores da Esquerda Democrática** (6 de Maio de 2010)  
Por: **Augusto Santos Silva** (Sociólogo, Res Publica e FEUP)

### Avaliação

Os formandos são convidados a apresentar até ao dia 21 de Maio um pequeno ensaio sobre um dos quatro temas do curso. O ensaio que obtiver melhor classificação será premiado com uma bolsa de incentivo ao seu aprofundamento. Os segundo e terceiro melhores ensaios serão divulgados no sítio e na revista da Fundação.

**Número de vagas:** 40 pessoas

### Inscrição

**Candidatura:** Os candidatos que já frequentaram outro(s) curso(s) devem enviar apenas um email com a indicação de que também pretendem participar neste curso. Se ainda não frequentou nenhum curso da Res Publica, envie o seu CV para [formacao@fundacaorespublica.pt](mailto:formacao@fundacaorespublica.pt)

**Matrícula:** 40 euros

**Pagamento:** Por transferência bancária para a Conta da Fundação, de acordo com informação enviada no email de confirmação da aceitação da candidatura.

O regulamento deste curso está disponível em: [www.fundacaorespublica.pt](http://www.fundacaorespublica.pt)

**INSCRIÇÕES ABERTAS**

Iniciativa “Prioridade ao Emprego”

# Deputados do PS/Braga propõem fórum regional

“PRIORIDADE ao Emprego” foi a designação de uma iniciativa que decorreu entre 4 e 6 de Março, organizada pelos deputados do PS eleitos pelo círculo de Braga, que culminou com um “compromisso com o emprego e com as respostas necessárias para combater o flagelo do desemprego”. Nesse sentido, foi decidido levar a cabo um fórum regional, ainda no primeiro semestre de 2010.

Pensar o distrito em conjunto, envolvendo todos aqueles que queiram participar, tendo em consideração a necessidade de potenciar o crescimento económico e a criação de emprego na região é um dos objectivos centrais do fórum regional. Segundo sublinhou o cabeça-de-lista do PS no círculo eleitoral de Braga, António José Seguro, “os minhotos não baixam os braços perante as dificuldades e os problemas do distrito não se resolvem sem as pessoas do próprio distrito”, adiantando que “neste fórum regional queremos valorizar as potencialidades da região e ouvir todos os parceiros com responsabilidades no distrito”.

Em face da realidade distrital, os deputados socialistas bracarenses foi decidiram solicitar aos ministros da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação, reuniões de trabalho para apresentar as conclusões destes encontros e definir acções em concreto.

Segundo o comunicado dos deputados do PS, foi possível concluir, no conjunto de reuniões desenvolvidas, “pela existência de medidas e de acções adequadas, mas ainda com um grau de execução e de aplicação deficitária”. Apesar de um elogio global às políticas públicas, houve também lugar “críticas à sua execução, provocada também pela falta de autonomia dos serviços locais”, pelo que defendem a sua “melhor articulação com os agentes económicos e sociais, resultando dos contactos referidos exemplos de como melhorar a eficiência das medidas”.

Um outro aspecto que os parlamentares socialistas defendem é um acrescido esforço no sentido “da simplificação do QREN e a sua aproximação às necessidades do distrito, desenvolvido sempre em parceria com as associações locais”.

Neste contexto, os deputados socialistas bracarenses consideram “fundamental e urgente melhorar a coordenação e a articulação das diversas entidades públicas e privadas, numa lógica de trabalho em rede”. Trata-se, explicam, “de assumir que a própria administração do Estado deve ter uma visão mais



global e coerente entre os diversos serviços de modo a ir ao encontro das necessidades da sociedade portuguesa”.

## Importância da formação e qualificação

Recordando que sempre defenderam “a importância da formação e da qualificação dos portugueses”, os deputados do PS destacam que neste âmbito “as instituições de ensino superior e a Universidade do Minho (UM) em particular, têm vindo a fazer um esforço que importa reconhecer ao desenvolver cursos pós-laborais e que serão reforçados no quadro do Contrato de Confiança que a UM assinou com o Estado”.

No comunicado, os parlamentares socialistas sustentam ainda ser “fundamental a formação de quadros intermédios, numa perspectiva de flexibilidade da sua própria formação, isto é, mais rápida e adequada às necessidades dos próprios trabalhadores e das empresas, reduzindo substancialmente o tempo que uma empresa necessita para formar o seus quadros e alterar a sua oferta de serviços e produtos”.

E adiantam ser “necessário aproveitar ao máximo os recursos existentes e instalados no distrito como é o caso do Centro de Formação de Mazagão”, já que, recordam, “os recursos do país são escassos e devem ser utilizados com a máxima eficácia e, nessa medida, torna-se necessário pensar o futuro dos mercados e das empresas a médio e longo prazo, para dessa forma as apoiar em tempo útil, ajudando a enfrentarem as alterações dos próprios mercados”.

“Nesta nossa iniciativa reafirmamos a importância do valor do trabalho e do reconhecimento social do mesmo. Consideramos como fundamentais todas as profissões e valorizamos o esforço dos profissionais e do seu processo de formação e de valorização individual”, sublinham os deputados do

PS pelo círculo de Braga.

Depois de referirem que o distrito de Braga “sempre foi considerado como empreendedor”, os parlamentares defendem que “numa altura de dificuldades globais é necessário continuar a apoiar as iniciativas que visem a criação do próprio emprego, apoiando a auto-organização dos cidadãos”.

Neste quadro, consideram que “os desempregados devem ser apoiados com as medidas existentes e as que vão vigorar em 2010”, ao mesmo tempo que “devem ser reforçadas as medidas de reintegração na vida activa, nomeadamente através da dinamização do plano pessoal de emprego”, sendo que “os centros de emprego têm aqui um papel fundamental e que importa impulsionar e apoiar”.

No âmbito da iniciativa ‘Prioridade ao Emprego’, foram desenvolvidos um conjunto de contactos com representantes dos autarcas e da Igreja, com as associações sindicais e empresariais, com as instituições de ensino superior e com os centros novas oportunidades. Os deputados eleitos pelo PS visitaram empresas, centros de formação e centros de emprego e reuniram com os responsáveis regionais e distritais da administração central descentralizada, nomeadamente com responsáveis da Comissão de Coordenação Regional Norte, do Instituto de Emprego e Formação Profissional, dos Centros de Emprego do Distrito, da Segurança Social, da Direcção Regional de Educação do Norte, da Direcção Regional de Economia do Norte e da Autoridade para as Condições de Trabalho.

Na iniciativa “Prioridade ao Emprego”, que decorreu ao longo de três dias, estiveram presentes todos os deputados do PS eleitos pelo distrito, designadamente António José Seguro, Frederico Castro, Isabel Coutinho, Miguel Laranjeiro, Sónia Fertuzinhos, Manuel Mota, Nuno Sá, Ricardo Gonçalves e Teresa Venda.

OPINIÃO



PAULO BARRADAS

*O vinho português é um vinho de grande qualidade. É, por isso, um produto competitivo*

## “WINES OF PORTUGAL” UMA MARCA INTERNACIONAL PARA OS VINHOS PORTUGUESES

O MINISTÉRIO da Agricultura apostou no vinho como um sector estratégico para a agricultura e economia portuguesa.

Nesse sentido, constam como prioridades para este sector o prosseguimento da reestruturação e reconversão das vinhas, apoiado pelo Programa Nacional de Apoio ao Sector Vitivinícola 2009-2013. Mas por não bastar produzir mais e melhor, estão em reestruturação as unidades certificadoras que pelo país vinhateiro certificarão vinhos e castas de modo a cumprir as exigências da OCM do Vinho. Importa ainda referir o empenho do ministério que chamou a si a resolução de problemas antigos e que necessitam de uma solução de futuro, como é o caso do sector cooperativo, ou ainda a questão da Casa do Douro, cuja importância extravasa em muito a região onde está inserida e que esperamos em breve tenha um desfecho que a transforme numa instituição que sirva os interesses dos produtores da região e simultaneamente recupere a credibilidade que a tornou indispensável para o sucesso dos vinhos do Douro e Porto.

O vinho português é um vinho de grande qualidade. É, por isso, um produto competitivo. É um produto que se pode tornar importante para a balança comercial da nossa a economia.

Mas para ser esse produto economicamente estratégico não bastam as suas qualidades. É preciso que seja conhecido.

Foi esta perspectiva, esta exigência de penetrar no mercado que levou à concepção de uma marca – “Vinhos de Portugal” – que tenha escala e dinâmica própria para a divulgação da qualidade dos vinhos portugueses no estrangeiro, nomeadamente em mercados muito importantes como o dos Estados Unidos ou do Reino Unido, onde o nosso vinho ocupa um lugar quase residual de procura, por desconhecimento dos consumidores, relativamente a vinhos de outras paragens do mundo.

A marca “Wines of Portugal” lançada no dia 10 de Fevereiro, em cerimónia presidida pelo ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Regional e das Pescas, dispõe de uma verba de 75 milhões de euros (2009-2013). Verba importante que mostra a relevância que o ministério dá a esta aposta. Cindo milhões foram já aplicados no ano de 2009. Dos restantes, 55 milhões serão usados para divulgação nos mercados extracomunitários e 15 milhões nos mercados europeus.

Este projecto de divulgação dos vinhos portugueses envolve o trabalho realizado pelo IVV, IP – Instituto do Vinho e da Vinha, o IVDP, IP – Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, a Viniportugal, as comissões vitivinícolas regionais e as empresas privadas do sector.

A “Wines of Portugal” está pensada para ser uma marca forte que embleme os vinhos portugueses no mundo, destacando toda a riqueza que os torna únicos na multiplicidade da sua variedade, não anulando, por isso, denominações regionais, nem marcas, nem registos particulares de empresa. Ela pretende ser um rótulo de referência, um nome aglutinador com o propósito de fazer notar Portugal enquanto país produtor de vinhos de excelência.

# Promover empreendedorismo dos jovens açorianos

UM pacote legislativo para promover o empreendedorismo dos jovens no arquipélago foi apresentado pelo PS/Açores. “É necessário termos uma política clara de fomento da iniciativa jovem, que pode trazer ganhos consideráveis para a região”, afirmou no dia 5 o vice-presidente da bancada socialista na Assembleia Legislativa Regional, Berto Messias, também líder da JS/Açores.

Neste contexto, defendeu a importância de “dotar os jovens de instrumentos e meios necessários para poderem investir”, considerando que o actual Empreende Jovem, apesar de ter sido uma boa iniciativa, não tem registado a adesão esperada.

Assim, para inverter este quadro, o PS/Açores apresentou no Parlamento Regional um projecto-lei que “reformula totalmente” este programa, tendo em vista facilitar o acesso dos jovens a este apoio.

Segundo salientou o deputado socialista Francisco César, “o actual programa, criado pelo Governo para diminuir o risco, que é deter-



minante para a decisão de avançar com um negócio, não consegue contrariar as contingências criadas pela crise internacional”.

O projecto legislativo socialista

abre este sistema de incentivos a mais jovens, passando apenas a exigir a escolaridade mínima obrigatória do candidato (actualmente exige o 12.º ano) e a necessidade de

o jovem ter a maioria do capital, que actualmente implica 75%.

Entre outras alterações, o diploma do PS/Açores reduz a burocracia e aumenta a rapidez do processo

de avaliação das candidaturas, além de passar a admitir a antecipação de verbas e o adiantamento de pagamentos aos candidatos para a concretização dos seus projectos.

A promoção da iniciativa empresarial dos jovens açorianos passa também, segundo os deputados socialistas açorianos, por um Programa de Educação para o Empreendedorismo, a desenvolver nas escolas da região autónoma.

O projecto entregue pela bancada socialista no Parlamento Regional recomenda ao Governo de Carlos César a criação deste programa, orientado para professores e alunos do 2º e 3º ciclo, ensino secundário e profissional.

Berto Messias salientou ainda que este programa, que “não deve ser entendido como uma disciplina”, visa a mudança de comportamentos. “É fundamental uma estratégia que implemente o empreendedorismo nas escolas de uma forma constante”, defendeu, recordando que “os jovens e os adolescentes são potenciais investidores no futuro”.

## JOVITA LADEIRA PROPÕE GABINETE MUNICIPAL PARA A IGUALDADE EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

PARA promover a “participação e representação equilibrada dos dois sexos” na vida familiar, cívica, social, política e laboral, a vereadora do PS na Câmara de Vila Real de Santo António propôs recentemente que se crie um Gabinete Municipal para a Igualdade.

Jovita Ladeira considera que a criação deste gabinete, aliada à nomeação de um conselheiro autárquico para a igualdade, “seria a melhor forma de assinalar o Dia Internacional da Mulher” (8 de Março).

“A Igualdade é uma área que exige um tratamento prioritário, do qual depende, em boa medida, a modernidade e a qualidade da democracia portuguesa”, afirmou Jovita Ladeira, para quem o referido gabinete permitiria “amparar as vítimas de violência doméstica, crime que tem vindo a aumentar no Algarve”.

O lançamento de campanhas de informação e formação, o apoio e o acolhimento de vítimas de violência doméstica, de forma confidencial e gratuita, são algumas das funções que a vereadora prevê poderem ser atribuídas ao Gabinete Municipal para a Igualdade.

“A criação deste gabinete irá integrar o município vila-realense na Rede Europeia para a promoção da igualdade de género e não discriminação, comprometendo-o a promover o desenvolvimento integrado da perspectiva de género e de igualdade de oportunidades nas políticas municipais”, clarificou ainda a vereadora, em comunicado.



## Concelhia de Odivelas entrega Prémio Cidadania a duas instituições sociais



A COMISSÃO Política Concelhia de Odivelas do PS entregou o Prémio Cidadania Activa 2010 pelo seu trabalho na área social à Conferência Vicentina da Sagrada Família, da Pontinha, e à Conferência Vicentina de Santo Eugénio, de Odivelas, em cerimónia pública que decorreu no dia 2, no Centro Cultural Malaposta.

Na ocasião, a presidente da Concelhia de Odivelas do PS, Susana Amador, salientou “o

trabalho de cidadania e de aproximação aos mais necessitados e o contributo no combate à pobreza” realizado pelas duas instituições premiadas, destacando “os resultados alcançados neste domínio de apoio aos mais carenciados”.

E adiantou que o Prémio Cidadania Activa que visa distinguir instituições que se destacam no concelho, ao nível da intervenção cívica, nas áreas social, desportiva, cultural, “constitui

uma iniciativa inédita ao nível das estruturas do PS e é para continuar”

Nesta 3ª edição do Prémio Cidadania Activa a cultura esteve também presente na vertente do canto lírico com a soprano Maria Luísa Freitas e o maestro Nuno Lopes e de um solo de dança com a bailarina Alexandrina Nogueira, que arrancaram fortes aplausos do numeroso público presente. J. C. C. B.



## Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro Socialistas de Vila Real reivindicam curso de Medicina



A CRIAÇÃO de um curso de Medicina na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) foi reclamada pelo PS de Vila Real através de uma moção subscrita por autarcas, deputados e dirigentes locais, que será enviada ao Governo.

Os socialistas vila-realenses consideram que a UTAD, em parceria com o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (CHT-MAD), “tem excelentes condições para ver aprovada uma candidatura ao curso de Medicina”.

O presidente da Federação do PS de Vila Real, Rui Santos, afir-

mou que os autarcas, deputados e dirigentes, “tudo farão para que este objectivo estratégico, que ajudará ao desenvolvimento e progresso da região e país, seja uma realidade a curto ou médio prazo”, acrescentando que a “falta de médicos é uma realidade sentida pela população portuguesa e em particular pelos transmontanos e durienses”.

Neste contexto, defendeu que o ensino médico no distrito vai promover a fixação de profissionais na região e potenciar a valência escolar no centro hospitalar.

Rui Santos defende um curso

“preferencialmente público” para a UTAD, mas “sem prejuízo” de agregar outras entidades de ensino, investigação ou saúde. E adiantou que a universidade consolidou, nos últimos anos, “uma estratégia conducente a um curriculum médico inovador”, salientando a licenciatura em biologia, bioquímica, genética, biotecnologia ou engenharia biomédica.

Os socialistas vila-realenses querem que este projecto seja transversal à região e, nesse sentido, convidam os líderes distritais do PSD, CDS-PP, BE, PCP e associações a subscreverem esta pretensão.

## PS/Gondomar contra redução das verbas da câmara para as freguesias

A “TENDÊNCIA centralista” que a Câmara de Gondomar impôs no que respeita às delegações de competências e meios nas juntas de freguesia para o ano de 2010, foi alvo de fortes críticas do PS, em sessão ordinária da Assembleia Municipal da autarquia.

Numa declaração política, o líder do Grupo Municipal do PS, Carlos Brás, referiu que nos últimos 16 anos esteve em vigor uma prática de delegação de competências, “que permitiu que serviços na área da manutenção do parque escolar, na área da limpeza e ambiente e na área das pequenas reparações na rede viária fossem executados pelas juntas de freguesia”, ao contrário do que acontece em Gondomar.

Para os socialistas, estas “tendências centralizadoras” da câmara liderada por Valentim Loureiro “têm sido geradoras de conflitos,



de tensões sociais e de assimetrias territoriais desaconselháveis”.

Neste contexto, em que “as áreas de intervenção das autarquias têm sido progressivamente alargadas bem como os respectivos meios, através da delegação

de competências originárias da Administração Central”, os socialistas de Gondomar “desaprovam a diminuição da verba atribuída às juntas de freguesia, por ser contrária ao princípio da gestão de proximidade”.

### OPINIÃO



CLEMENTE SILVA  
Porta-Voz da Rainbow  
Rose Portugal

*Em Portugal as mulheres continuam ainda particularmente excluídas dos centros de decisão, apesar dos esforços que têm sido feitos para compensar o nosso atraso*

## CONTINUAR A COMBATER A DESIGUALDADE DE GÉNERO

NESTE 8 de Março celebrou-se mais uma vez o Dia Internacional da Mulher. A data é sempre importante, mas este ano assume um significado histórico acrescido, celebrando-se os 100 anos da instituição deste dia.

Em 1910, a Conferência Internacional das Mulheres Trabalhadoras, reunida em Copenhaga, decidiu por unanimidade instituir o Dia Internacional da Mulher para que fosse dada a devida relevância à igualdade de género e à importância da participação da mulher na vida em sociedade.

Passado este século, a realidade é, felizmente, completamente diferente daqueles anos iniciais do século XX, tendo as mulheres conquistado arduamente um lugar na sociedade. Contudo, ainda não é certamente o lugar que lhes é devido e que merecem, pois estamos longe de ver assegurada a plena igualdade de direitos e de dignidade social entre homens e mulheres.

Somos muitas vezes tentados, ao ver o caminho percorrido, a achar que estamos muito longe das piores situações de desigualdade que a História nos relata. Esquecemo-nos de que essas desigualdades ainda existem em muitos países no mundo, por vezes bem perto das nossas fronteiras europeias. Esquecemo-nos ainda de que o seu derrube nem sempre representa uma conquista remota: na Suíça, o sufrágio universal para as mulheres só foi conseguido em 1971, enquanto em Espanha só em 1977 foi restaurada essa conquista da II República. Note-se ainda que, em Portugal, até 1974, o acesso à magistratura ou à carreira diplomática encontrava-se legalmente vedado às mulheres e que só com a revisão do Código Civil em 1977 se consagrou a igualdade de cônjuges no casamento.

Acima de tudo esquecemo-nos que sob uma aparente igualdade na nossa sociedade existem ainda discriminações fortíssimas que têm de ser expostas e combatidas.

Em Portugal as mulheres continuam ainda particularmente excluídas dos centros de decisão, apesar dos esforços que têm sido feitos para compensar o nosso atraso. Existe ainda uma disparidade gritante ao nível do emprego: em 2008 as mulheres representavam 52,7% do desemprego total, mas no que toca aos desempregados com formação superior esta percentagem sobe para 71,4%.

Mas talvez a discriminação mais chocante resida no facto de as mulheres continuarem a receber menos do que os homens com mesmas categorias profissionais. E, sublinhe-se, este fenómeno verifica-se tão mais intensamente quanto mais qualificado é o nível de emprego, atingindo mesmo uma disparidade de salário de 30% no caso dos quadros superiores.

Assim, a sociedade ainda impõe uma dupla discriminação às mulheres. Não só é mais difícil a uma mulher ascender na carreira e atingir posições de destaque e liderança, como, mesmo quando o consegue, ela é discriminada e tratada como inferior aos seus pares homens.

São estas situações que clamam por uma solução urgente e que devem ser activamente combatidas. Não podemos abandonar nunca a causa da igualdade nem podemos permanecer passivamente à espera enquanto metade dos cidadãos da República são discriminados diariamente.

É também na linha da frente deste combate pela igualdade que a Rainbow Rose Portugal quer desenvolver a sua acção, contribuindo para uma sociedade mais tolerante e solidária e, acima de tudo, mais justa.

OPINIÃO



**LUÍS MIGUEL FERREIRA**  
S. João da Madeira

*Um dos aspectos em que mais se sente a diferença entre a política do Governo PS e a do PSD prende-se com a opção pelo investimento público como estratégia de resposta à crise e de dinamização da economia*

## NOTÍCIAS DA MINHA TERRA!

DE VEZ em quando ouvimos uma organização defender uma ideia e os seus membros a defenderem precisamente o contrário. Mais: por vezes chegamos mesmo a ver a mesma pessoa defender um determinado pensamento e o seu oposto. E isto com a mesmíssima convicção e determinação.

Na vida política, por exemplo, isso é bastante frequente em pessoas que ocupam diferentes cargos. Funcionar em dois ou mais registos obriga, muitas vezes, a tomadas de posição no exercício de um dos cargos que chocam com as tomadas de posição no exercício do(s) outro(s) cargo(s) o que, na verdade, baralha as pessoas que assistem a tudo. Ora, o presidente da Câmara Municipal da minha terra (S. João da Madeira) é um desses casos. Por diversas vezes, já o ouvimos defender uma posição enquanto Presidente da autarquia e a defender posições opostas enquanto vice-presidente da estrutura nacional do PSD.

Na verdade, um dos aspectos em que mais se sente a diferença entre a política do Governo PS e a do PSD prende-se com a opção pelo investimento público como estratégia de resposta à crise e de dinamização da economia. Enquanto o Governo tomou medidas nesse sentido, o PSD sempre se opôs a essa caminho, incluindo, naturalmente, o seu vice-presidente dr. Castro Almeida. Ora, aqui na minha terra, nunca ouvi o presidente da Câmara, o mesmo dr. Castro Almeida, a opor-se, por exemplo, à requalificação que está em curso de uma escola secundária ou à construção da nova escola que substituirá uma outra secundária. Pelo contrário, tem defendido, e bem, esse investimento público.

Vejamos um outro exemplo! Quando o Governo apresentou a proposta de Orçamento do Estado para 2010 em que, por razões que se prendem com a necessidade de controlo do défice, manifestava a intenção de suspender as novas concessões rodoviárias, o presidente da Câmara Municipal de São João da Madeira, o mesmo dr. Castro Almeida, vem dizer que não pode ser, que é "reprovável" que não avance a ligação entre Santa Maria da Feira e Arouca, incluída na chamada Concessão Vouga. Mais: agora o vice-presidente da Junta Metropolitana do Porto até diz que "esta estrada de ligação de Arouca ao litoral tem de ser feita para corrigir uma tremenda injustiça que Arouca está a sofrer há mais de um século e é fundamental para a coesão da Área Metropolitana do Porto". Mas quem é esse vice-presidente da Junta Metropolitana do Porto? Pois bem, o mesmo dr. Castro Almeida!

Dirão alguns que esta minha análise será exagerada e que o vice-presidente do PSD defendeu a selectividade do investimento público e que, por isso, na qualidade de presidente da Câmara e de vice da Junta Metropolitana tem legitimidade para defender as escolas em S. João da Madeira e a ligação a Arouca. O problema é que os autarcas de Viseu, de Bragança, Algarve, Portalegre ou Madeira, mesmo os do PSD, dizem precisamente o mesmo: acabe-se com o investimento público excepto naquela regiões. Nas suas regiões é que o investimento público é necessário, as escolas são precisas e as ligações rodoviárias imprescindíveis.

Imaginem um ambientalista que é, ao mesmo tempo, carpinteiro. Uma vez manifesta-se contra o abate das árvores, outras vezes diz que precisa de as abater para alimentar a sua própria actividade. É mais ou menos isto que está em causa! A credibilidade da defesa de duas coisas ao mesmo tempo que, na prática, são simultaneamente indefensáveis! É este, de facto, o estado do PSD!

## INICIATIVA

### DNMS assinala 100 anos do Dia Internacional da Mulher

O DEPARTAMENTO Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS), presidido pela camarada Maria Manuela Augusto, vai assinalar os 100 anos do Dia Internacional da Mulher com música e poesia, no sábado, dia 13, no salão nobre da sede nacional, numa sessão pública que contará com a presença

do secretário-geral do PS, José Sócrates.

Estas comemorações, que terão início às 16 horas com uma intervenção da camarada Maria Manuela Augusto, terão dois momentos musicais com os cantores Carlos Mendes e Carla Correia e uma sessão de poesia a cargo da actriz São José Lapa.



### PS/Setúbal organiza debate sobre "A crise e as respostas do socialismo democrático"

"A CRISE e as respostas do socialismo democrático" é o tema de um debate promovido pela Federação de Setúbal, que terá lugar no próximo dia 13, a partir das 15 horas, no Cine-teatro Charlot, com a presença do antigo Presidente da República e

fundador do PS, Mário Soares, que fará uma intervenção de fundo.

Neste encontro que será encerrado pelas 18h30 pelo dirigente nacional do PS Vieira da Silva, serão também oradores a ministra do Trabalho e da Solidariedade Social,

Helena André, o economista João Ferreira do Amaral, o secretário de Estado Adjunto da Indústria e do Desenvolvimento, Fernando Medina, e o presidente da Federação de Setúbal, Vítor Ramalho, que abrirá os trabalhos.

### Socialistas de Coimbra promovem sessão sobre PEC

A IMPORTÂNCIA do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) na consolidação das contas públicas vai ser debatida, no próximo dia 19, em Coimbra, por iniciativa da Federação do PS, numa sessão que contará com a participação do secretário de Estado do Orçamento.

Anunciado em conferência de Imprensa na sede do PS/Coimbra, o evento inicia um novo ciclo

de debates políticos sobre temas da actualidade promovido pela Federação.

O secretário de Estado do Orçamento, Emanuel dos Santos, os docentes universitários Sousa Andrade e Rui Namorado e os dirigentes socialistas Victor Baptista (líder da distrital) e Luís Marinho (presidente do gabinete de estudos da Federação), são os convidados para o primeiro debate.

O Orçamento de Estado e a situação nacional das contas públicas são outras matérias a analisar nesta sessão, a que se seguirá um debate sobre políticas sociais, segurança social, financiamento e sistema de pensões.

"A Federação Distrital de Coimbra do PS quer, de novo, retomar a dianteira na liderança do debate político com temas da actualidade", afirmou Victor Baptista.

## Regularize as suas quotas

Valores aplicáveis somente a partir de 2008:

Quota mínima	Quota suplementar (Inclui "Acção Socialista")
Semestral.....6€	Semestral...12€
Anual .....12€	Anual.....24€

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

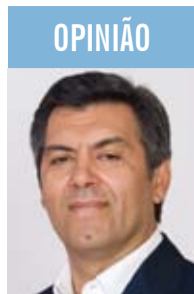
1. Depósito bancário em cheque;
2. Transferência bancária  
Conta: Millennium BCP  
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873  
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05  
Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.
3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:  
ENTIDADE 20132  
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE (total de 9 dígitos)  
MONTANTE Quota mínima (Semestral - 6€, Anual - 12€)  
Quota suplementar (Semestral - 12€, Anual - 24€)

Contamos consigo!



Linha Azul  
808 201 695

# Oposição prejudica credibilidade externa de Portugal



MIGUEL FREITAS  
Deputado do PS

*Que sejam combatidas por todos os meios as corporações, por muito poderosas que sejam, já que os interesses que as movem não são compagináveis com a necessária igualdade de tratamento entre todos os cidadãos*

AO AFIRMAR que a economia portuguesa está no mesmo caminho da grega a presidente do principal partido da oposição prejudicou a credibilidade externa do nosso país, criticou o líder do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, para quem as declarações de Manuela Ferreira Leite foram “lamentáveis”.

Falando aos jornalistas Assis sustentou que as afirmações de Ferreira Leite “não correspondem à realidade”.

“Não há nenhuma comparação

possível entre a situação portuguesa e a grega, mas também lembro que o PSD acabou de viabilizar [na generalidade] a proposta de Orçamento do Estado, reconhecendo que dava sinais claros de se avançar para uma redução do défice já no ano em curso”, sustentou o líder da bancada socialista, referindo depois que o aumento do défice verificado em 2009 “teve a ver com a resposta a uma gravíssima crise económica mundial”.

E insistiu em que “afirmações

apocalípticas” como as que foram feitas pela líder do PSD, “além de não reflectirem a realidade económica e financeira do país”, também “prejudicam a sua credibilidade externa”.

Segundo Francisco Assis, as posições assumidas pela presidente do principal partido da oposição são tão lamentáveis por aquilo que significam em si mesmas, como pelo que afectam negativamente a imagem internacional de Portugal. M.R.

## Acompanhamento do desemprego nos Açores é prioritário para PS regional

EMBORA a Região Autónoma dos Açores apresente a taxa de desemprego “mais baixa do país e uma das mais baixas da Europa”, os socialistas açorianos consideram que este flagelo social deve ser “a prioridade máxima das entidades públicas” no arquipélago.

Sem deixar de saudar as medidas lançadas pelo Executivo para ultrapassar a crise, o PS/Açores alerta para a necessidade de “manter um acompanhamento muito próximo do desemprego”.

Na área económica, o Secretariado Regional dos Açores, em comunicado, aponta a necessidade de o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) “valorizar o exemplo que os Açores têm dado ao manter as suas finanças públicas equilibradas”, apoiando expressamente a iniciativa parlamentar que visa, no quadro do Orçamento de Estado, repor a transferência de 5% do IRS para as autarquias da região.

Os socialistas açorianos manifestaram, no entanto, preocupação pela incapacidade de algumas câmaras cumprirem os seus compromissos financeiros, anunciando a



intenção de propor na Assembleia Legislativa Regional a criação de uma linha de apoio às empresas que estão em dificuldades devido às dívidas dos municípios.

O comunicado da última reunião do Secretariado Regional manifesta igualmente a solidariedade dos socialistas açorianos com a Madeira, reconhecendo a “necessidade de serem tomadas medidas excepcionais” para garantir que o trabalho de reconstrução da ilha possa ser feito no mais curto prazo de tempo possível.

Ainda no texto do Secretariado Regional do PS/Açores considera-se necessário um “esforço do sistema bancário” para se assumir como “agente de dinamização económica e alavanca da recuperação”.

Os socialistas açorianos criticam a banca pela forma “negativa” como reagiu às

dificuldades geradas pela crise internacional, “dificultando a recuperação rápida do consumo e do investimento” ao fazer recair sobre as famílias e empresas os custos da actual situação.

“As entidades bancárias passaram drasticamente de uma situação de excesso de facilidade na concessão de crédito e na criação de incentivos ao consumo para uma situação de excessiva restrição na análise dos riscos e de absoluta inflexibilidade na renegociação das dívidas”, refere o texto.

## NA LINHA DA FRENTE

O EQUILÍBRIO de poderes é o suporte do regime democrático e, sendo muito instável, precisa de ser cuidado e devidamente compreendido. Devem prevalecer no exercício dos poderes instituídos o interesse público e a defesa da liberdade individual. No sentido da transparência, da credibilidade e da plena expressão da cidadania.

Aquilo a que se assiste hoje em Portugal não é mais do que o jogo de poderes, à procura de novos equilíbrios. As corporações jogam tudo. Na justiça, uns contra os outros, descreditam as instituições e degradam-se as relações. Os cidadãos já não questionam apenas a eficácia, mas a própria confiança nos agentes da justiça. Tudo parece possível, até o incumprimento das decisões judiciais. Na política, todos contra um, agora e sempre, onde se procura descredibilizar, não pela acção, mas pelo carácter. As pessoas já não sabem onde está a verdade ou a mentira. A imagem dos políticos está cada vez mais diminuída. No poder económico, onde se movem os grandes grupos económicos e a teia de interesses nas empresas públicas, na procura de posições dominantes. Não se sabe muitas vezes quem são e de onde vêm esses interesses. E como são possíveis salários exorbitantes de alguns administradores públicos e privados. Nos grupos de cidadãos organizados, onde impera o sentido maniqueísta, de um lado os bons do outro os maus, à procura de se constituírem como grupos de influência. Na comunicação social, no espaço mediático, onde parece valer tudo, por uma manchete, por uma notícia, mas onde, certamente, todos os outros interesses se jogam. Nem sempre com a necessária evidência.

Atrevo-me, neste país à beira de um ataque de nervos, a fazer cinco propostas. Haver um maior controlo democrático sobre o poder judicial. Alterar o sistema eleitoral a caminho de uma maior proximidade entre o eleito e o eleitor e avançar para um estado mais descentralizado com a regionalização. Haver maior transparência na declaração de rendimentos e tornar público a origem das grandes fortunas. Haver uma maior regulação da Comunicação Social. E serem reconhecidos os grupos de interesse, para que sejam evidentes os seus verdadeiros objectivos.

E como proposta superveniente, já agora, que sejam combatidas por todos os meios as corporações, por muito poderosas que sejam, já que os interesses que as movem não são compagináveis com a necessária igualdade de tratamento entre todos os cidadãos.

Em todo este movimento, o Partido Socialista deve estar na linha da frente. Não se deve deixar intimidar. O combate é duro e sem tréguas. Mas é o nosso combate. Estas são as tais questões que minam a confiança no regime. Particularmente em momentos de dificuldade como o que vivemos. Agora, como sempre, não nos falte a coragem.

Comissão Política

# Consenso alargadíssimo em torno do PEC



**Da última reunião da Comissão Política resultou um “consenso alargadíssimo” em torno da proposta de Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) gizada pelo Governo. Durante cerca de uma hora o secretário-geral do PS, José Sócrates, explicou ponto por ponto as linhas orientadoras deste documento que distribui equitativamente a contenção que vai ser pedida à sociedade portuguesa, sem aumento de impostos, no sentido da consolidação orçamental e de um crescimento sustentado da economia.**

“OUVI praticamente todas as intervenções e todos os intervenientes manifestaram a sua adesão à proposta de PEC do Governo. Há um consenso alargadíssimo em torno deste documento, um consenso que, estou convencido, transcende as fronteiras do PS”, afirmou o líder parlamentar socialista, Francisco Assis, no final da Comissão Política, que decorreu no dia 10, na sede nacional.

Segundo sublinhou o líder do Grupo Parlamentar do PS, com o PEC “o Governo procura distribuir equitativamente os sacrifícios que vão ser pedidos ao conjunto da sociedade portuguesa”.

Francisco Assis reafirmou que a proposta de PEC apresentada

pelo Governo “não procederá a um aumento de impostos, com excepção da criação de uma taxa de IRS de 45% para rendimentos anuais superiores a 150 mil euros”, acrescentando ser “verdade que há alterações ao nível das deduções fiscais, mas também nessas alterações há uma preocupação de poupar mais os que menos recursos têm”.

Para o líder da bancada socialista na Assembleia da República, “este PEC atinge os objectivos de continuar a concorrer para o crescimento da economia e reduz drasticamente o valor do défice orçamental”.

Questionado pelos jornalistas sobre a perspectiva da classe média ser penalizada com a redução das

deduções fiscais, Assis afirmou que, “quando se tem de baixar o défice de 9,3% para 3% num prazo de quatro anos, é evidente que têm de ser pedidos sacrifícios a todos”.

E reiterou que “esses sacrifícios distribuem-se de forma equitativa, e isto é uma marca da proposta do Governo de PEC”.

Em relação às críticas que têm sido feitas pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP ao documento a apresentar em Bruxelas, Francisco Assis disse que “o PS tem nestas matérias uma profunda divergência” face

àquelas forças políticas.

“PCP e Bloco de Esquerda discordam que o PS deva ter estas metas do ponto de vista orçamental, acham que não devemos cumprir o que está acordado com Bruxelas. Mas já o mesmo não acontece com os partidos à nossa direita”, afirmou.

No final da reunião da Comissão Política, Francisco Assis também foi questionado sobre o teor da entrevista de Cavaco Silva à RTP, tendo considerado positivos os apelos feitos pelo Presidente da

República para a existência de consensos no Orçamento do Estado e sobre o PEC.

“Na entrevista do senhor Presidente da República valorizo os apelos que fez aos consensos”, nomeadamente, destacou, “o apelo para que se alcançasse o mais vasto consenso parlamentar em torno do Programa de estabilidade e Crescimento”.

Por outro lado, o presidente do GP/PS reiterou as críticas contundentes à constituição de uma comissão parlamentar de inquérito à alegada intervenção do Governo na tentativa de compra da TVI pela PT.

“Não há qualquer razão para a constituição de uma comissão de inquérito sobre este assunto”, disse, considerando que estamos perante “uma iniciativa que não é séria e não prestigia o Parlamento”.

E lembrou, a propósito, que as audições efectuadas no âmbito da Comissão Parlamentar de Ética “permitiram concluir que o Governo não tinha qualquer plano para controlar a Comunicação Social e que o primeiro-ministro não mentiu perante o Parlamento” sobre a questão da compra da TVI. J.C.C.B.



**Acção Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

[www.accaosocialista.net](http://www.accaosocialista.net)

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco [cbranco@ps.pt](mailto:cbranco@ps.pt), Mary Rodrigues [mary@ps.pt](mailto:mary@ps.pt), Rui Solano de Almeida [rsolano@ps.pt](mailto:rsolano@ps.pt) ■ **Secretariado** Virgínia Damas [virginia@ps.pt](mailto:virginia@ps.pt) ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa